



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA ECOLÓGICA

GABRIEL AFONSO FERNANDES DE CASTRO

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO
ECONOMISTA ECOLÓGICO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ (UFC)**

FORTALEZA

2022

GABRIEL AFONSO FERNANDES DE CASTRO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO
ECONOMISTA ECOLÓGICO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
(UFC)

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia Ecológica.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Gamarra-Rojas

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C351d Castro, Gabriel Afonso Fernandes de.
Desafios e perspectivas da formação e profissionalização do economista ecológico: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC) / Gabriel Afonso Fernandes de Castro. – 2022.
94 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Guillermo Gamarra-Rojas.

1. Pesquisa de opinião. 2. Participação discente. 3. Pedagogia Interdisciplinar. I. Título.

CDD 577

GABRIEL AFONSO FERNANDES DE CASTRO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO
ECONOMISTA ECOLÓGICO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
(UFC)

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia Ecológica.

Aprovada em: 22/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guillermo Gamarra Rojas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Carlos Barboza Nogueira
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA – CE)

À minha família, especialmente ao meu pai e à minha mãe, pelo apoio, confiança e aceitação dos caminhos incertos que escolhi desbravar.

&

Aos meus professores e colegas Economistas Ecológicos, pelo esforço dedicado a inaugurar sendas teóricas e práticas tão difíceis quanto necessárias!

AGRADECIMENTOS

Dedico o primeiro agradecimento ao meu Deus e Senhor, em cujas mãos poderosas confiei os caminhos de minha vida e os conteúdos de meus sonhos e aspirações – os que sonhei para mim mesmo e os que, creio, merecem ser sonhados para o mundo, junto de outros sonhadores.

Agradeço à pessoa que fui em dias passados e mais atribulados do que os atuais: que a criança doce e bravia de meus primeiros anos e o jovem perseverante que tenho sido possam um dia conquistar a única glória que ambiciono na vida: a de ser um homem bom e forte.

Agradeço a meu pai, Marcelo, homem responsável, inteligente e sempre decente, a quem amo pelos zelos de pai e por jamais haver coibido minha vocação intelectual a despeito das realidades áridas de nosso país. Agradeço à minha mãe, Patrícia, amorosa, cuidadosa, alegre e solidária, a quem devo parte relevante da candura que guardo em meu coração, sempre testada pelas adversidades do mundo – e que apesar disso permanece e é.

Agradeço e homenageio meus professores e professoras pelo pioneirismo do curso que fundaram e pela generosidade que recebi de muitos. A Fábio Sobral, meu primeiro benfeitor e amigo no curso de Economia Ecológica. A Carlos Barboza, professor generoso e artífice de vivências divertidas para todos nós que fomos seus alunos. A Eden Duarte, competente ao ensinar e solidário em seu agir. A Edemilson Paraná, Jakson Aquino, Isabel Araújo e Iara Gomes, exemplos da competência e seriedade que tão bem fazem ao trabalho docente. A Francisco Casimiro, a Aécio de Oliveira e a Maria Inês Escobar, por seus esforços na condição de Coordenadores de Curso, e a André Ferreira, professor intelectualmente receptivo.

Agradeço aos meus colegas de curso, que tanto me ajudaram, ensinaram e divertiram, cada qual a seu modo: Washington, Junivan, Deivid, Paula, Juliana, Lúcia, Darwin, Sherida, Bianca, Vitória, Erika, Luís, Laís, Elisa, Victor, José Ivan, Camila, Josafá, Lúcio, Miriam, Euller, Amanda, Débora, Letícia, Emely e todos os demais partícipes de nossa convivência!

Agradeço à banca examinadora, aos colegas consultados e a todos aqueles que porventura sonhem conosco o sonho da Economia Ecológica como paradigma econômico dominante em um novo tempo que há de vir.

Agradeço, enfim, a Guillermo Gamarra Rojas, orientador deste trabalho, profissional inspirador e figura em cuja trajetória tenho podido me espelhar e me reconhecer; e à Universidade Federal do Ceará (UFC), casa comum onde nos abrigamos todos nós.

*“[...] Nós vamos semear, companheiro
No coração
Manhãs e frutos e sonhos
Pr'um dia acabar com esta escuridão
Nós vamos preparar, companheiro
Sem ilusão
Um novo tempo, em que a paz e a fartura
Brotem das mãos”*

(RAMIL, Vitor; FOGAÇA, José. Semeadura.
In: RAMIL, Vitor. **A Paixão de V Segundo
Ele Próprio**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1998.
1 CD. Faixa 13.)

RESUMO

O Curso de Graduação em Economia Ecológica, em funcionamento desde 2015 na Universidade Federal do Ceará (UFC), é notável pelo pioneirismo e demanda de docentes, discentes e egressos uma autorreflexão permanente e constante. O presente trabalho aborda um conjunto relativamente amplo de questões consideradas desafiadoras no cenário enfrentado pelos envolvidos com o curso. Seu objetivo geral é organizar uma visão sobre tais desafios sob o ponto de vista dos egressos, agora profissionais Economistas Ecológicos, e dos discentes ativos. Seus objetivos específicos giram em torno de produzir uma avaliação sobre os desafios identificados: a concretização da interdisciplinaridade epistêmica e pedagógica; a estrutura curricular do curso, com suas virtudes e suas faltas; as posturas docentes e suas consequências; a formação de base oferecida (ou da qual se necessita) etc. A metodologia empregada é uma combinação entre a técnica dissertativa, o questionário estruturado e a análise das respostas obtidas, compondo uma pesquisa de opinião. O trabalho se baseia parcialmente em texto anterior em que se abordou temas semelhantes sob a forma de artigo de opinião. A primeira parte dos resultados organiza as respostas ao questionário estruturado, enquanto a segunda reavalia a argumentação original à luz da percepção coletiva dos egressos e dos discentes ativos. A reavaliação da argumentação conclui pela veracidade da maior parte da argumentação original, conferindo a ela solidez e alçando-a à condição de percepção discente média e legítima. O texto encaminha providências e próximos passos a serem tomados como consequência da análise realizada, a saber: a implementação de instância para discussão e deliberação acerca das preocupações expostas; a confecção de documento narrativo da história e dos desafios do curso, com indispensável envolvimento discente; a confecção de um guia com sugestões para aproveitamento da carga horária optativa livre prevista na estrutura curricular; e a convocação do primeiro esforço coletivo de reformulação dessa mesma estrutura curricular, com o fim de sanar os problemas formativos identificados, concernentes principalmente ao aprendizado de teorias e de ferramentas na área de Economia.

Palavras-chave: pesquisa de opinião; egressos; discentes ativos.

ABSTRACT

The undergraduate course in Ecological Economics, which is functioning inside the Federal University of Ceará (UFC) since 2015, is remarkable for its pioneerism and demands permanent as well as constant self-reflection from its teachers and students. This work addresses a set of relatively broad aspects that are considered challenging in the current collective situation of those involved with the course. Its general objective is to organize an overview of those challenges from the undergraduates' and graduates' (now professional Ecological Economists) point of view. Its specific objectives revolve around producing evaluations about the main challenges identified: the concretization of epistemic and pedagogical interdisciplinarity; the curricular structure of the course, with its virtues and flaws; the teachers' behaviors and its consequences; the offered (or not offered) training in basic sciences etc. The chosen methodology is a combination of the dissertation technique, the structured questionnaire and the analysis of the obtained answers, therefore constituting opinion research. The work builds upon a previous text which addressed similar themes within the format of an opinion article. The first part of the results section organizes the answers obtained through the structured questionnaire, while the second part reevaluates the original points/arguments in light of the now available collective perception of both graduates and undergraduates. The reevaluation of the original points concludes that most of it was aligned with the collective perception of those involved, thus making it a solid statement of a legitimate, collective overview about the undergraduate course and the Ecological Economist professional, instead of the opinion of just one person. The work provides a set of next steps and urgent measures to be taken as consequences of the analysis: the implementation of an instance to deliberate about the aspects discussed; the making of a narrative document about the history and the challenges of the undergraduate program, provided that a student takes part in its production; the making of a guide with suggestions to help undergraduates make better use of their free optative course-hours – the guide's goal being to solve the academic difficulties identified throughout the work, mainly concerning the learning of economics theories and tools.

Keywords: opinion research; graduates; undergraduates

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas de Graduação do Corpo Docente Ativo em 2021.....	36
Figura 2 – Áreas de Doutorado do Corpo Docente Ativo em 2021.....	36
Figura 3 – Questionamento Sobre Habilidades Básicas de Leitura, Interpretação e Escrita de Textos.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo: Paradigma Narrativo vs Paradigma do Mundo Racional.....	20
Tabela 2 – Macro Dimensões e Grupos Temáticos do Curso de Economia Ecológica.....	34
Tabela 3 – Área de Graduação dos Docentes Ativos em 2021 – Curso de Graduação em Economia Ecológica (UFC).....	37
Tabela 4 – Áreas de Doutorado dos Docentes Ativos em 2021 – Curso de Graduação em Economia Ecológica (UFC).....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades Curriculares e Macro Dimensões do Curso de Graduação em Economia Ecológica.....	33
Quadro 2 – Unidades Curriculares e Disciplinas Segundo as Macro Dimensões e Grupos Temáticos.....	35

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	OBJETIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA	13
2.1.	Objetivo Geral	13
2.2.	Objetivos Específicos	13
2.3.	Hipóteses da Pesquisa	13
2.4.	Metodologia da Pesquisa	14
3.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1.	Resultados do Questionário	22
4.1.1.	<i>Descrição da Amostra</i>	22
4.1.2.	<i>Primeiras impressões sobre o debate interno acerca dos desafios do curso e do profissional Economista Ecológico</i>	23
4.1.3.	<i>Formação Acadêmica do Economista Ecológico</i>	24
4.1.3.1.	<i>A Economia Ecológica e a Interdisciplinaridade</i>	25
4.1.3.2.	<i>O Economista Ecológico e a Capacidade de Distinção Conceitual</i>	26
4.1.3.3.	<i>A Estrutura Curricular da Economia Ecológica</i>	26
4.1.3.4.	<i>A Postura de Ensino dos Docentes da Economia Ecológica</i>	27
4.1.3.5.	<i>A Economia Ecológica e a Formação Básica em Economia, Sociologia e Antropologia</i>	27
4.1.3.6.	<i>A Economia Ecológica e a Formação Básica em Ciências Humanas e da Natureza</i>	28
4.1.4.	<i>A Inserção e a Atuação Profissionais do Economista Ecológico</i>	28
4.1.5.	<i>O Futuro da Realidade Ambiental e do Economista Ecológico</i>	29
4.2.	Reavaliação da Argumentação Original a Partir das Respostas ao Questionário	31
4.2.1.	<i>Caracterização do Curso de Economia Ecológica e do Profissional Egresso</i>	31
4.2.2.	<i>A Economia Ecológica e a Interdisciplinaridade</i>	41
4.2.3.	<i>O Economista Ecológico e a Capacidade de Distinção Conceitual</i>	45
4.2.4.	<i>A Estrutura Curricular da Economia Ecológica</i>	46
4.2.5.	<i>A Postura de Ensino dos Docentes da Economia Ecológica</i>	49

4.2.6.	<i>A Economia Ecológica e a Formação Básica em Economia, Sociologia e Antropologia.....</i>	51
4.2.7.	<i>A Economia Ecológica e a Formação Básica em Ciências Humanas e da Natureza.....</i>	55
4.2.8.	<i>A Inserção e a Atuação Profissionais do Economista Ecológico.....</i>	57
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS.....	68
	APÊNDICE A – REPRESENTAÇÃO VISUAL DO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO APLICADO AOS EGRESSOS & DISCENTES (INCLUI RESPOSTAS).....	70

1. INTRODUÇÃO

Qualquer tentativa de trazer ao mundo realizações pioneiras carrega consigo obstáculos e riscos. Alguns certos, alguns apenas possíveis. É certo que a experiência do novo quase sempre trará desafios. Não é diferente com a criação de um curso universitário inovador, provavelmente único no mundo a nível de graduação, e cujo projeto aspira a, entre outras coisas, incorporar às estruturas da universidade um conjunto de princípios epistemológicos e pedagógicos que não são hegemônicos no interior dessa instituição – a saber, a interdisciplinaridade como episteme e como ferramenta pedagógica.

Os riscos são bem ilustrados pelo mito prometeico: a decisão de entregar aos homens o Fogo do Olimpo custou ao protagonista da narrativa uma pequena eternidade de intolerável sofrimento. Os perigos de semelhante empreendimento são também ressaltados, n’O Príncipe, por Nicolau Maquiavel, ao dizer:

É preciso considerar que não há nada mais difícil de dirigir, mais dúbio de sucesso e mais perigoso de manejar que a introdução das novas ordens. Pois essa introdução tem por inimigos todos aqueles que se beneficiavam das instituições antigas, e fracos defensores há naqueles para quem as novas ordens seriam úteis. Essa fraqueza nasce, em parte, do medo dos adversários que têm a seu favor as leis existentes, e por outra parte, da descrença própria dos homens que somente passam a acreditar em tudo que é novo depois de ser convencidos pela experiência. (MAQUIAVEL, 2019, p. 42)

O tom de epopeia com que se inicia o presente trabalho não procede da imodéstia. Ou, melhor seria dizer, não apenas da imodéstia. Pretendendo falar a respeito de um curso novo, único no mundo a nível de graduação, com poucos anos de funcionamento e incumbido de formar, para a sociedade brasileira, um profissional cujo perfil ela ainda não compreende nem é capaz de absorver com facilidade, é forçoso admitir a presença de um saudável grau de altivez neste intento: traço indispensável àqueles com vontade inovadora.

Embora as questões que desejamos trazer ao debate sejam bastante menos graves que um conflito mitológico ou a conquista/manutenção de principados, é necessário reconhecer nelas, mesmo residualmente, um desafio maior que a satisfação dos interesses particulares de uma nova categoria profissional. Pelo contrário, a formação sobre a qual indagaremos destina-se, ela mesma, a equacionar e a solucionar questões graves do mundo contemporâneo, para além de meras intervenções tópicas e mitigadoras dos grandes desequilíbrios ecológicos de nossa época – e de todas as mazelas pelas quais eles são acompanhados.

Referimo-nos ao Curso de Graduação em Economia Ecológica oferecido pela

Universidade Federal do Ceará (UFC) desde o ano de 2015. Como é de se imaginar, a concepção e a história do curso vêm sendo permeadas de desafios desde o início e têm exigido constantes momentos de embates e de autorreflexão. Mas não há dúvida: foi aceito o desafio de levar à fruição esse esforço inovador, e ele tem sido corajosamente enfrentado há vários anos, desde os primeiros momentos. Se tal enfrentamento ocorreu e ocorre sob condições apropriadas e mediante as estratégias, táticas e instrumentos adequados... eis a tarefa de reflexão que este trabalho pretende incentivar – talvez sem respondê-la de todo!

E não é por outra razão que a presente pesquisa foi imaginada. Depois de longos anos de esforço construtivo (e, quem sabe, destrutivo de velhas noções), acreditou-se que é importante lançar um olhar em perspectiva sobre o caminho trilhado, com a clareza de que cabe a nós, depositários da formação em Economia Ecológica, delinear-la, defini-la e adaptá-la até que, por seus próprios meios e pelo contraste com as demais habilitações profissionais, o(a) Economista Ecológico(a) adquira firmes características próprias e torne-se inteligível para todos – tanto no seu propósito profissional básico quanto na sua prática concreta de trabalho.

É sobre essa premissa que será edificada uma discussão, com a finalidade de levantar questões para uma futura e continuada avaliação das possibilidades e da pertinência da inserção do Economista Ecológico na realidade brasileira, bem como de encaminhar medidas de resolução de problemas importantes identificados durante a pesquisa.

A finalidade dessa pesquisa é, portanto, olhar para trás. Olhar para trás em nome de reconhecer e de expressar gratidões. Olhar para trás em nome de manifestar esperanças e angústias. Olhar para trás em nome de vocalizar demandas e de propor reformulações. Olhar para trás para imaginar um caminho mais sábio e mais inteligente do que aquele já trilhado, para que os passos seguintes estejam imbuídos das lições e da experiência adquiridas.

Mais do que olhar para trás, a finalidade maior da pesquisa é presentear os partícipes dessa história com uma visão clara sobre o caminho do qual são parte inseparável. Deseja-se uni-los através do senso de experiência comum/compartilhada, para que sejam uma *comunidade* em sentido pleno. Deseja-se exortá-los a prosseguir no caminho que ousaram ajudar a inaugurar, cada qual a seu modo e por seus próprios meios.

Enfim, deseja-se animá-los à luta contra os desafios do curso e do profissional Economista Ecológico sob o mesmo imperativo que animou a pregação esperançosa de João Batista até em face do deserto, da pouca escuta, do pouco acolhimento, das poucas oportunidades, das chances desfavoráveis e até das perseguições:

*“Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor; endireitai no ermo vereda a
nosso Deus¹.” (Isaiás 40:3-5)² (ALMEIDA, 1993)*

¹ Assim como João Batista anunciou entre os judeus a vinda do seu Messias (Jesus Cristo) e as mudanças que traria, deve o(a) Economista Ecológico(a) anunciar à sociedade o motivo que o torna importante e necessário enquanto estudioso e profissional de tipo novo.

² Lê-se: livro de Isaiás na Bíblia, capítulo 40, versículos 3 a 5.

2. OBJETIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA

2.1. OBJETIVO GERAL

a) Estabelecer uma avaliação de aspectos gerais do curso e da profissão de Economia Ecológica sob a perspectiva dos egressos e dos discentes ativos, com recortes determinados e encaminhamentos claros sob a forma de considerações finais.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

b) Apurar, sob a perspectiva de egressos e de discentes ativos, se tem havido reflexão, discussão e ação coletiva informada em torno dos desafios do curso, e se os discentes têm sido incluídos no diálogo e atendidos em suas demandas;

c) Avaliar, sob a perspectiva de egressos e de discentes ativos, a formação acadêmica oferecida no Curso de Economia Ecológica;

d) Avaliar, sob a perspectiva de egressos e de discentes ativos, as condições de inserção e atuação do profissional Economista Ecológico;

e) Recolher e organizar, sob a perspectiva de egressos e de discentes ativos, uma visão das previsões e expectativas sobre o futuro da realidade ambiental e do Economista Ecológico.

2.3. HIPÓTESES DA PESQUISA

a) Existe uma demanda objetiva (vocalizar demandas, propor reformulações) e subjetiva (reconhecer e tratar gratidões, esperanças e angústias), por parte dos egressos e dos discentes ativos, por elaborar uma leitura própria acerca dos desafios do curso de graduação em Economia Ecológica;

b) Existe uma demanda objetiva e subjetiva, por parte dos egressos e dos discentes ativos, por orientação sobre como melhor aproveitar as oportunidades formativas do curso (currículo obrigatório e optativo) e da universidade de modo geral. Organizar a leitura discente sobre os desafios do Economista Ecológico ajudará a atender tal demanda;

c) A composição de uma leitura discente acerca dos desafios do curso será um importante instrumento para eventuais esforços de aprimoramento e de reformulação do Curso de Graduação em Economia Ecológica.

2.4. METODOLOGIA

O trabalho retoma a argumentação original de um texto anterior, intitulado “*Desafios e Perspectivas da Formação e Profissionalização do Economista Ecológico: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)*” (2021), incorporando a ela um conjunto de dados obtidos por meio de questionário estruturado aplicado aos egressos e aos discentes ativos do Curso de Graduação em Economia Ecológica.

A complementação e/ou a reavaliação dos apontamentos originais foram operadas através da técnica dissertativa comum, isto é, de um formato de escrita que defende ideias a partir da argumentação, valendo-se tanto de referências bibliográficas de interesse quanto das respostas geradas através do questionário estruturado. Com isso, o trabalho que era originalmente um **artigo de opinião** baseado na experiência direta de um único estudante ganha, nesta monografia, o caráter adicional de **pesquisa de opinião**, resultando em uma peça escrita que fornece um quadro interpretativo organizado acerca do Curso de Graduação em Economia Ecológica, sob a perspectiva dos egressos e dos discentes ativos.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o questionário é um **instrumento de coleta de dados** constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Esse método foi selecionado porque é inviável entrevistar um grande número de alunos atendendo aos critérios de outros métodos de recolhimento de dados acerca das experiências pessoais de indivíduos – como a entrevista ou a pesquisa narrativa.

As perguntas específicas do questionário aos discentes foram focalizadas em três grandes áreas:

- Formação acadêmica oferecida no curso de Economia Ecológica;
- Condições de inserção e atuação do profissional Economista Ecológico;
- Previsões e expectativas sobre o futuro da realidade ambiental e do Economista Ecológico.

Trabalhou-se nesta pesquisa com os seguintes parâmetros estatísticos:

- intervalo de confiança de 90%;
- tamanho da população total de 214, sendo 24 egressos e 190 discentes ativos (os novos aprovados no curso, futuros ocupantes das até 50 vagas oferecidas para o semestre 2022.2, não foram incluídos na pesquisa);
- margem de erro de 10%.

A interpretação prática desses parâmetros indica que, se sob uma margem de erro de **10%**, **80%** dos participantes afirmarem que “as visões políticas pessoais dos docentes atrapalham a formação do Economista Ecológico”, então ao selecionar uma amostra aleatória da população 100 vezes para responder à mesma questão, em 90 vezes a resposta obtida sobre o mesmo tema estaria contida no intervalo **80% ± 10%**. Ou seja, este intervalo conteria a média verdadeira em 90 de cada 100 casos. A mesma lógica é válida para todo o questionário.

Entendemos, para os fins do presente trabalho, que esses números são suficientes para uma primeira apreciação geral da visão dos egressos e dos discentes ativos, sendo desejável, obviamente, que em algum momento sejam recolhidas as opiniões da totalidade da população completa, que é de tamanho relativamente modesto.

Utilizando a ferramenta online³ Sample Size Calculator da empresa Qualtrics, ajustando conforme os parâmetros acima definidos, o tamanho ideal da amostra retornado foi de 52 pessoas.

Foram obtidas 80 respostas completas ao questionário, de modo que a amostra foi (mais que) suficiente para atender aos parâmetros determinados para a pesquisa.

³ Disponível em: <https://www.qualtrics.com/blog/calculating-sample-size/>.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A finalidade do presente trabalho é retomar, complementar e reavaliar as reflexões e apontamentos realizados no artigo “*Desafios e Perspectivas da Formação e Profissionalização do Economista Ecológico: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)*” (2021), originalmente apresentado no XIV Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (SBEE/ECOECO) realizado de 09 a 12 de novembro de 2021 na modalidade on-line.

O trabalho original resultou de esforços de pensamento realizados no decurso da disciplina de Sistemas Agroalimentares, Soberania & Segurança Alimentar, componente curricular obrigatório do Curso de Graduação em Economia Ecológica, sob orientação do Prof. Dr. Guillermo Gamarra Rojas que agora orienta este novo trabalho.

Pretende-se que esta monografia seja uma versão melhor fundamentada em dados e mais bem acabada do artigo original – que, por sua pertinência e pelo interesse gerado, foi selecionado, aceito e aprovado para publicação no Volume 35 da *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica (REVIBEC)*, em Edição Especial organizada com os “melhores trabalhos” apresentados no XIV Encontro Nacional da SBEE/ECOECO.

O material original foi elaborado sob a forma de **artigo de opinião**. Tinha o objetivo de condensar em tópicos-chave as experiências vivenciadas e as impressões de um estudante em vias de concluir a graduação acerca das características, das qualidades e dos desafios enfrentados pelo curso, seguindo o fio de 3 anos (4, na data de entrega deste trabalho) de experiência, observação e análise diretas.

Na presente monografia, a incorporação de dados primários gerados via participação de egressos e de discentes ativos estabelece para o texto o caráter adicional de **pesquisa de opinião**. Sua finalidade é consolidar uma avaliação geral do curso e da profissão de Economia Ecológica sob a perspectiva dos egressos e dos discentes.

Assim, as percepções iniciais de um único estudante foram contrastadas com as impressões da amostra de egressos e de discentes que responderam ao questionário estruturado. A reavaliação da argumentação original ocorreu mediante a inclusão e a análise dos resultados obtidos via aplicação do questionário.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Esse método foi selecionado porque é inviável entrevistar um grande número de alunos atendendo aos critérios de outros métodos de recolhimento de dados acerca das experiências pessoais de indivíduos – como a entrevista ou a pesquisa narrativa.

As perguntas específicas do questionário aos discentes foram focalizadas em três grandes áreas: 1) Formação acadêmica oferecida no curso de Economia Ecológica; 2) Condições de inserção e atuação do profissional Economista Ecológico; 3) Previsões e expectativas sobre o futuro da realidade ambiental e do Economista Ecológico.

Também foram colhidos dados para duas seções adicionais: uma para delinear o perfil dos participantes e outra para explorar as percepções dos alunos acerca do tema geral e de elementos gerais abordados relacionados ao trabalho (ou afins a ele). **O questionário aplicado aos discentes consta no apêndice I do presente documento.**

A legitimidade de fala e de opinião dos egressos e dos discentes, premissa fundamental do trabalho realizado, foi concedida não apenas em função de serem partícipes da história do curso. Ainda que não sejam, em sua maioria, ocupantes de posições permanentes na estrutura universitária (à diferença do corpo docente, por exemplo), eles e elas acumulam experiências vivenciadas; impressões (bem ou mal) formuladas; opiniões vocalizadas ou não; esperanças e angústias; e sobretudo, histórias e narrativas das quais estão convencidos(as).

Considerou-se, para a realização dessa pesquisa, que as histórias e narrativas de experiência direta dos egressos e dos estudantes têm valor intrínseco para a avaliação do atual estado de coisas no Curso de Graduação em Economia Ecológica.

A justificativa dessa afirmação foi baseada no contraste entre dois paradigmas acerca da comunicação humana, um dos quais estabelece não só a importância, mas a primazia das histórias pessoais sobre a argumentação estritamente racional (e, por óbvio, sobre o mero pertencimento burocrático a uma instituição universitária, pois isso não é condição indispensável para reconhecer ao menos parcialmente as realidades vivenciadas).

Os dois paradigmas acerca da comunicação humana são: o Paradigma Narrativo (*narrative paradigm*), formulado e formalizado por Walter R. Fisher⁴ (1931-2018); e o Paradigma do Mundo Racional (*rational world paradigm*), cujos fundamentos definidores são atribuídos a Platão e a Aristóteles, com inúmeras expressões posteriores no pensamento ocidental (ver FISHER, 1985).

O Paradigma Narrativo foi conceituado por Fisher no século XX e preconiza que toda comunicação humana significativa ocorre através da contação de uma história (*storytelling*) ou da reportagem de eventos. Para o autor (FISHER, 1985, p. 347; tradução nossa), “não há gênero, incluindo a comunicação técnica, que não seja um episódio na história da vida e não seja, por si mesmo, constituído por um *logos* e um *mythos*”. O paradigma narrativo abrangeria todos os

⁴ Professor Emérito e Ex-Diretor da Annenberg School for Communication and Journalism da University of Southern California (USC).

processos comunicacionais, de sorte que toda situação de comunicação pode ser observada como se narrativa fosse – ainda que não atenda aos requisitos tradicionais que identificam uma narrativa. Diz ele:

Longe de ser um código entre os muitos que uma cultura pode utilizar para conferir significado às experiências, a narrativa é um metacódigo, um universal humano no sentido de que, através dela, mensagens trans-culturais acerca da realidade podem ser transmitidas... a ausência de capacidade narrativa ou uma recusa da narrativa indicam uma ausência ou recusa ao significado ele mesmo. (WHITE, 1980, p. 6, apud FISHER, 1987, p. 65; tradução nossa).

Os humanos, segundo ele, participam da comunicação tanto na condição de contadores de histórias quanto de observadores de narrativas. Para os objetivos desta pesquisa, a conclusão mais relevante desse paradigma é de que as histórias são mais convincentes do que os argumentos e as discussões racionais e/ou formais, e que os seres humanos estão sempre buscando uma “lógica narrativa” em todas as formas discursivas. Nos dizeres de Carroll C. Arnold, na abertura do livro de Fisher (1987):

Walter R. Fisher propõe que todas as formas de comunicação humana são mais utilmente interpretadas e testadas desde uma perspectiva narrativa [*narrational perspective*]. Ele acredita que por baixo das estruturas aprendidas e impostas através das quais damos aos discursos a forma de “argumento/discussão”, “exposição”, “drama” e “ficção”, a espécie humana está sempre perseguindo uma lógica narrativa [*narrative logic*]. (FISHER, 1987, p. 18; tradução nossa)

Acerca dos pressupostos do Paradigma Narrativo, diz Fisher (1987, p. 64-65; tradução nossa) que:

- Os humanos são, essencialmente, contadores de histórias [*storytellers*];
- O modo paradigmático da comunicação e da tomada de decisão humana é a eleição de “boas razões”, que variam em forma de acordo com as situações, gêneros e meios de comunicação;
- A racionalidade (narrativa) é determinada pela natureza das pessoas como seres narrativos – seu senso inato de probabilidade narrativa, do que constitui uma história coerente, e seu hábito constante de testar a fidedignidade narrativa, isto é, saber se as histórias que lhes chegam “parecem verdadeiras” em comparação às histórias de suas próprias vidas, que sabem que são reais;
- A produção e a prática das “boas razões” são governadas pela história, biografia, cultura, caráter etc. dos envolvidos e implicados nas narrativas;
- O mundo como o conhecemos é um conjunto de histórias entre as quais devemos escolher as que parecem verdadeiras, para que possamos viver uma vida em processo de recriação constante. Assim, “boas razões” são o estofado das histórias, e são o meio pelo qual os humanos realizam sua natureza de animais racionais-valoradores [*reasoning-valuing*];
- A base filosófica do Paradigma Narrativo é a Ontologia. Seus materiais são os símbolos, sinais de consubstanciação; e as “boas razões”, expressões comunicativas da realidade social.

Fisher propôs que os humanos não são racionais em sentido estrito e que a narrativa, essa sim, é a base da comunicação humana, associando-se a uma forma mais abrangente de racionalidade. Para ele:

O modo preciso em que o paradigma narrativo vai além das teorias científicas sociais está no conceito de racionalidade narrativa, que oferece princípios – probabilidade e fidelidade – e considerações para julgar os méritos de histórias, quer sejam próprias ou alheias. (FISHER, 1985, p. 349; tradução nossa)

A coerência (*coherence*) narrativa, ou “probabilidade”, é o grau em que uma história “faz sentido”. De acordo com Griffin, Ledbetter e Sparks (2018, p. 301-302; tradução nossa), primeiro devemos ser convencidos de que não há contradições na história, para medir sua consistência interna. Segundo, é preciso sermos convencidos de que o narrador não deixou de fora detalhes importantes, não distorceu os fatos e nem ignorou outras interpretações plausíveis. Terceiro, é preciso que a história parece coerente em comparação com outras histórias previamente conhecidas.

Finalmente, o maior teste de uma narrativa é saber se os personagens agem de modo confiável, “normal”. Se os personagens mostram continuidade em seus pensamentos, motivos e ações, a aceitação aumenta, enquanto personagens se comportando atipicamente prejudicam a aceitação.

Histórias coerentes são, portanto, internamente consistentes, suficientemente detalhadas, com personagens identificados e livres de grandes surpresas. A habilidade de medir a coerência de uma história é aprendida e aprimorada através da experiência.

A fidedignidade (*fidelity*) de uma história é o grau em que uma história se encaixa na experiência do observador/audiência com acontecimentos semelhantes ou relacionados, alinhando-se com as narrativas que contam a respeito de si mesmos. (GRIFFIN, LEDBETTER & SPARKS, 2018, p. 302 – adaptado; tradução nossa). Ou seja, o grau em que uma história “parece verdadeira” em comparação a histórias previamente conhecidas pelo observador – e que este sabe que são reais. Histórias com fidedignidade podem influenciar os valores e as crenças dos observadores.

Fisher elegeu cinco critérios que afetam a fidedignidade de uma narrativa. Primeiro: os valores que estão contidos na história. Segundo: a relevância desses valores para as decisões tomadas. Terceiro: as consequências e desfechos possíveis que poderiam resultar da aderência dos observadores aos valores contidos na história. Quarto: a consistência entre valores contidos na narrativa e os valores do observador/audiência. Quinto: a medida em que os valores da

história representam o que a audiência considera os mais altos valores da experiência humana, ou a forma ideal da conduta. (GRIFFIN, LEDBETTER & SPARKS, 2018, p. 303 – adaptado; tradução nossa).

Portanto, uma racionalidade narrativa possui critérios diferentes dos de uma racionalidade lógica/científica. O autor caracterizou o Paradigma Narrativo em contraste direto com o que chamou de Paradigma do Mundo Racional. Este último sugere, baseado em formulações de Platão e de Aristóteles e contrariamente ao Paradigma Narrativo, que um argumento é tanto mais persuasivo quanto mais lógico for. Para Fisher:

A realização [*actualization*] da narrativa não requer uma forma particular de sociedade. Enquanto o Paradigma do Mundo Racional é uma parte sempre presente de nossa consciência porque nós fomos educados nele, o impulso narrativo é parte de nosso próprio ser, pois adquirimos a narratividade no processo natural de socialização. (FISHER, 1987, p. 65; tradução nossa)

De acordo com Fisher (1987, p. 59-60; tradução nossa), esse paradigma é muito popular e existe desde a publicação do *Organon* de Aristóteles, sendo um elemento fundador na tradição do pensamento racional ocidental. Para o autor, o paradigma sugere que:

- As pessoas são essencialmente reflexivas/racionais (FISHER, 1987, p. 59; tradução nossa). Ou seja, fundamentam seu conhecimento e senso de realidade em raciocínios demonstrativos baseados em evidência;
- O modo paradigmático da comunicação e da tomada de decisão humana é a argumentação/discussão – discurso com feições inferenciais objetivas ou estruturas implicativas;
- A condução da argumentação/discussão é governada pelos ditames da situação e da audiência – seja ela legal, científica, legislativa, pública etc. A racionalidade é determinada pelo conhecimento que o sujeito possui acerca do assunto em pauta, sua capacidade argumentativa e sua habilidade em empregar os meios de advogar específicos a cada campo;
- O mundo é um conjunto de enigmas lógicos passíveis de solução através de análise e de aplicação da razão (concebida como construção de argumentação). Ou seja, a argumentação/discussão, como produto e como processo, é o jeito humano de ser, o canal para tudo que os humanos podem saber e compreender;
- A base filosófica do Paradigma do Mundo Racional é a Epistemologia. Seu material linguístico são as proposições autoevidentes, as demonstrações e as provas – as expressões verbais de conhecimentos garantidos e/ou prováveis.

Tabela 1 – Comparativo: Paradigma Narrativo vs Paradigma do Mundo Racional

Comparação	
Paradigma Narrativo	Paradigma do Mundo Racional
1. Humanos são essencialmente contadores de	1. Humanos são essencialmente

histórias.	racionais.
2. A tomada de decisão e a comunicação são baseadas em “boas razões”, que variam conforme a situação, o meio e o gênero da comunicação.	2. A tomada de decisão é baseada em argumentos, discussões e evidências.
3. Constituem e determinam as boas razões: a história contada, a(s) biografia(s), a(s) cultura(s) e o caráter dos envolvidos etc.	3. Argumentos e discussões atendem a critérios específicos de solidez e de lógica, sendo determinados pela situação de fala (legal, científica, legislativa etc.).
4. A racionalidade da narrativa é baseada na consciência das pessoas acerca da sua consistência interna e da sua semelhança à experiência vivenciada, ou seja, na coerência e na fidedignidade das histórias.	4. A racionalidade é baseada na qualidade das evidências e dos processos formais de raciocínio, ou seja, no quanto sabemos e no quão bem argumentamos.
5. Vivemos em um mundo preenchido de histórias e escolhemos, entre elas, as que nos parecem verdadeiras, recriando constantemente nossas vidas através delas.	5. O mundo pode ser compreendido como uma série de enigmas e de relações lógicas passíveis de serem discernidos através de análise racional.

Fonte: Traduzido e adaptado de Griffin, Ledbetter & Sparks (2018, p. 300) – 2022

Este trabalho não pretende discutir as particularidades da teoria comunicacional de Fisher, nem confrontar ou compatibilizar os dois paradigmas descritos.

Avaliou-se, porém, que a experiência acumulada dos egressos e dos discentes atende em grande medida aos critérios do Paradigma Narrativo, de modo que possuem legitimidade clara para examinar as condições atuais e para interferir sobre os caminhos e descaminhos do Curso de Economia Ecológica, tudo isso sem deixar de atender, em alguma medida, às exigências do Paradigma do Mundo Racional, que o questionário de opinião também procura cumprir através da estrutura das perguntas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

4.1.1. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

O questionário, a despeito de sua grande extensão, foi respondido por um total de 80 pessoas, entre egressos(as) e discentes ativo(as). A primeira seção (A) teve o objetivo de averiguar o perfil dos participantes.

Foram 17 egressos (21,3%) e 63 (78,8%) discentes ativos. Entre os 63, 10 estão no primeiro ano de curso, 13 no segundo ano, 11 no terceiro ano e 29 no quarto ano.

Do total de 80, 32 (40%) foram do gênero masculino, 47 (58,8%) do gênero feminino e 1 (1,2%) do gênero “outro”. 41 (51,2%) se declararam pardos; 29 (36,3%) brancos; 6 (7,5%) pretos; 3 (3,7%) amarela; e 1 (1,2%) outra.

Em termos de faixa etária, do total de 80, 4 (5%) têm até 19 anos; 39 (48,8%) têm entre 20-24 anos; 23 (28,7%) têm entre 25-29 anos; 5 (6,3%) têm entre 30-34 anos; 3 (3,7%) têm entre 35-39 anos; 2 (2,5%) têm entre 40-44 anos; 3 (3,7%) têm entre 45-49 anos; 1 (1,2%) tem acima de 50 anos.

Em termos de formação anterior, 44 (55%) não tiveram formação anterior à de Economia Ecológica (nem curso de graduação e nem curso técnico/profissionalizante). 14 (17,5%) cursaram técnico/profissionalizante. 13 (16,3%) cursaram superior incompleto. E 9 (11,3%) tiveram curso superior completo.

Entre os 17 egressos que responderam, 8 (47,1%) permanecem vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC) como estudantes de mestrado, enquanto 9 (52,9%) não estão mais vinculados à universidade.

Entre os 80, 70 (87,5%) não estão vinculados a outra instituição de ensino superior, ao passo que 10 têm vínculo com outra instituição, sendo 7 (8,8%) como alunos de graduação e 3 (3,8%) como alunos de especialização profissional.

Dos 80, 68 (85%) não recebem remuneração da UFC ou de outra instituição de ensino superior, ao passo que 7 (8,8%) são bolsistas de mestrado na UFC e 5 (6,3%) são bolsistas de especialização profissional. Salienta-se que apenas 1 entre estes 5 é egresso, enquanto os demais seguem cursando a graduação.

Ainda entre os 80, 26 (32,5%) estão desempregados e buscando ocupação; 25 (31,3%) trabalham em área diferente da formação em Economia Ecológica (ECOECO); 5 (6,3%) trabalham na área de formação em Economia Ecológica (ECOECO); e 24 (30%) não

querem/precisam trabalhar no momento.

Finalmente, do total de 80, 5 (6,3%) trabalham e estudam diretamente com ECOECO; 56 (70%) apenas estudam diretamente ECOECO; 7 (8,8%) apenas estudam indiretamente ECOECO; 2 (2,5%) apenas trabalham indiretamente com ECOECO; e 10 (12,5%) nem estudam e nem trabalham direta ou indiretamente.

4.1.2. PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O DEBATE INTERNO ACERCA DOS DESAFIOS DO CURSO E DO PROFISSIONAL ECONOMISTA ECOLÓGICO

A segunda seção (B) do questionário aplicado aos egressos e aos discentes consistiu de perguntas com o objetivo de sondar as percepções gerais acerca dos desafios do curso, de como têm sido encarados e da pertinência (ou não) de que os discentes participem mais ativamente da discussão e dos processos decisórios.

Em particular, foi sondada a opinião média sobre a necessidade de narrar a história do curso, pois em nossa percepção ainda não há um documento oficialmente endossado que o faça de maneira extensiva, completa e cativante para os públicos potencialmente interessados.

Dos 80 participantes, 71 (88,8%) creem ser “indispensável” falar sobre os desafios presentes e futuros do curso de ECOECO, enquanto 9 (11,3%) dizem que “pode ser importante” e 0 acreditam ser secundário ou irrelevante.

Para 19 (23,8%) participantes, já houve diálogo e apuração suficientes acerca dos desafios presentes e futuros do **curso** de Economia Ecológica, enquanto para 59 (73,8%) o diálogo e a apuração têm sido insuficientes e para 2 (2,5%) não houve qualquer diálogo ou apuração.

Já para 11 (13,8%) participantes, houve diálogo e apuração suficientes acerca dos desafios presentes e futuros do **profissional** Economista Ecológico, enquanto para 65 (81,3%) o diálogo e a apuração têm sido insuficientes e para 4 (5%) não houve qualquer diálogo ou apuração.

Entre os 80, 9 (11,3%) acham que os egressos e os discentes ativos “têm sido ouvidos sempre” a respeito dos desafios do curso, enquanto 43 (53,8%) acham que “têm sido ouvidos, mas não o suficiente”, 24 (30%) acham que “raramente têm sido ouvidos” e 4 (5%) acham que “nunca são ouvidos”.

Ainda entre os 80, 40 (50%) acham que os alunos “vêm influenciando diretamente os rumos do curso”, enquanto 35 (43,8%) acham que “influenciam, mas não o suficiente” e 5 (6,3%) acham que “não influenciam em nada”. 69 (86,3%) acham que os alunos “se beneficiariam muito se tivessem mais voz ativa nos rumos do curso”, enquanto 11 (13,7%)

acham que “se beneficiariam pouco” e 0 acham que “não se beneficiariam”.

Finalmente, entre os 80, 5 (6,3%) acham que os alunos são “excelentemente” bem orientados sobre como aproveitar o curso (obrigatório e optativo), enquanto 36 (45%) acham que “são bem orientados, mas pode melhorar muito”, 28 (35%) acham que “são mal orientados” e 11 (13,7%) acham que “não há orientação alguma”.

Quanto à necessidade e/ou importância de narrar a história do Curso de Graduação em Economia Ecológica, dos 80 participantes, 61 (76,3%) acham que é “indispensável” contar a história do curso, enquanto 17 (21,3%) acham que “pode ser importante”, 2 (2,5%) acham que é relevante, “mas é apenas um bônus” e 0 acham que é irrelevante.

74 (92,5%) dos 80 acham que é “indispensável” que um aluno ajude a escrever a narração da história e dos desafios do curso, enquanto 6 (7,5%) acham que “seria bom que um aluno ajudasse, mas preferem que um professor a escreva”.

Por fim, entre os 80, 62 (77,5%) acham que uma história do curso e de seus desafios “ajudará muito” a divulgar e a criar oportunidades para os(as) Economistas Ecológico(as), enquanto 17 (21,3%) acham que “ajudará um pouco”, 1 (1,2%) acha que “não ajudará” e 0 acham que “atrapalhará”.

4.1.3. FORMAÇÃO ACADÊMICA DO ECONOMISTA ECOLÓGICO

A terceira seção (C) do questionário aplicado aos egressos e aos discentes consistiu de perguntas com o objetivo de sondar as percepções gerais acerca da formação acadêmica do Economista Ecológico, com particular atenção aos aspectos já abordados no artigo original, quais sejam:

- i) a necessidade de consolidar a perspectiva interdisciplinar;
- ii) a necessidade de cultivar as capacidades de distinção conceitual;
- iii) a distribuição relativa das disciplinas da estrutura curricular, principalmente entre as áreas ambiental, social e econômica;
- iv) a postura docente em relação a visões políticas específicas, com consequências sobre o currículo e o aprendizado;
- v) a diversificação e aumento em volume da formação econômica, sociológica e antropológica de base;
- vi) a inclusão de formação básica nas primeiras etapas do curso, sobretudo em ciências da natureza;

4.1.3.1. A Economia Ecológica e a Interdisciplinaridade

Quanto ao item i), entre os 80 participantes:

- 59 (73,8%) acham “indispensável” que o curso procure ser interdisciplinar, enquanto 20 (25%) acham “benéfico que seja”, 1 (1,2%) é indiferente à interdisciplinaridade e 0 acham ruim que o curso seja interdisciplinar;
- 28 (35%) acham que o curso é “muito bem sucedido” em ser interdisciplinar, enquanto 42 (52,5%) acham que é “razoavelmente bem sucedido”, 9 (11,3%) que é “insuficientemente bem sucedido” e 1 (1,2%) que é “totalmente malsucedido”;
- 9 (11,3%) acham que os professores do curso possuem “total domínio” da pedagogia interdisciplinar, enquanto 44 (55%) acham que “os professores possuem domínio suficiente”, 25 (31,3%) que possuem “domínio insuficiente” e 2 (2,5%) que “não possuem domínio algum”;
- 7 (8,8%) acham que os alunos “têm conseguido adquirir domínio das metodologias e da formação interdisciplinar ao longo do curso”, enquanto 43 (53,8%) acham que “adquirem domínio suficiente”, 29 (36,3%) que “adquirem domínio insuficiente” e 1 (1,2%) que “não adquirem domínio algum”;
- 3 (3,8%) acham que a interdisciplinaridade do curso “impede bastante” o aprofundamento do aprendizado dos alunos, enquanto 23 (28,7%) acham que “impede um pouco”, 28 (35%) que “não impede de maneira alguma” e 26 (32,5%) que “pelo contrário, ela ajuda”;
- 1 (1,3%) acha que o Centro de Ciências Agrárias da UFC “com certeza apoia” a epistemologia e a pedagogia interdisciplinares do curso, enquanto 31 (38,8%) acham que “apoia, mas com muitas limitações”, 23 (28,7%) acham que “não apoia” e 25 (31,3%) que “não apoia e age para descaracterizá-las”;
- 52 (65%) acham que os docentes do curso “têm seu trabalho dificultado por terceiros em função da epistemologia e da pedagogia interdisciplinares que buscam exercitar”, enquanto 25 (31,3%) creem que “o trabalho é dificultado, mas não por essas razões” e 3 (3,7%) acham que “o trabalho não é dificultado de maneira alguma”;
- 65 (81,3%) acham que o curso é “tratado com preconceito por muitas pessoas dentro do Centro de Ciências Agrárias”, 14 (17,5%) que é “tratado com preconceito, mas por poucas pessoas”, 1 (1,2%) que é “bem visto e recebe

tratamento comum” e 0 que “o curso é bem visto e recebe tratamento privilegiado;

- 58 (72,5%) acham que o curso é “tratado com preconceito por muitas pessoas dentro da UFC”, 18 (22,5%) que é “tratado com preconceito, mas por poucas pessoas”, 4 (5%) que é “bem visto e recebe tratamento comum” e 0 que é “bem visto e recebe tratamento privilegiado”;
- 61 (76,3%) consideram que os Trabalhos de Campo Integrados “ajudam ao extremo” no aprendizado, 16 (20%) que “ajuda um pouco”, 2 (2,5%) que “quase não ajudam” e 1 (1,2%) que “atrapalham”.

4.1.3.2. O Economista Ecológico e a Capacidade de Distinção Conceitual

Quanto ao item ii), entre os 80 participantes:

- 31 (38,8%) acreditam que chegaram à faculdade com habilidade “muito boa” para ler, interpretar e escrever textos, enquanto 37 (46,3%) acreditam ter chegado com habilidade “suficientemente boa”, 10 (12,5%) com habilidade “insuficiente” e 2 (2,5%) “totalmente sem habilidade”.

4.1.3.3. A Estrutura Curricular da Economia Ecológica

Quanto ao item iii), entre os 80 participantes:

- 7 (8,8%) acham que as disciplinas do curso são “excelentemente bem distribuídas entre os assuntos”, enquanto 57 (71,3%) acham que são “razoavelmente bem distribuídas”, 13 (16,2%) que são “insuficientemente bem distribuídas” e 3 (3,7%) que são “mal distribuídas”;
- 25 (31,3%) acham que a estrutura curricular atual do curso é teoricamente boa e diversa (“excelente”), 53 (66,3%) que “não é teoricamente boa e diversa, mas precisa de poucos aprimoramentos” e 2 (2,5%) que “é muito ruim e pouco diversa”;
- 22 (27,5%) acham que a estrutura curricular atual do curso é “excelentemente” adequada para formar um bom profissional, 55 (68,8%) que “não é adequada, mas precisa de poucos aprimoramentos” e 3 (3,7%) que é “muito ruim e pouco diversa”;
- 13 (16,3%) acham que a estrutura curricular atual do curso equilibra “perfeitamente” as áreas ambiental, social e econômica, enquanto 59 (73,8%) acham que “equilibra, mas algumas áreas têm mais ênfase”, 6 (7,5%) que “há

bastante desequilíbrio” e 2 (2,5%) que é “totalmente desequilibrada”;

- 22 (27,5%) acham que, ao longo do curso, aprenderam mais sobre a área “ambiental”, 20 (25%) sobre a área “social”, 2 (2,5%) sobre a área “econômica”, 13 (16,2%) sobre “todas, com equilíbrio”, e 23 (28,7%) sobre “todas, com desequilíbrio”.

4.1.3.4. A Postura de Ensino dos Docentes da Economia Ecológica

Quanto ao item iv), entre os 80 participantes:

- 14 (17,5%) acham que os docentes do curso “com certeza e sempre” privilegiam visões políticas específicas e pessoais, enquanto 38 (47,5%) acham que os docentes o fazem “com muita frequência”, 21 (26,3%) que o fazem “raramente” e 7 (8,8%) que “nunca fazem isso”;
- 9 (11,3%) acham que as visões políticas pessoais dos docentes “atrapalham muito” a formação do profissional Economista Ecológico, enquanto 17 (21,3%) acham que “atrapalham um pouco”, 41 (51,2%) que “não atrapalham em nada” e 13 (16,2%) que “pelo contrário, ajudam”.

4.1.3.5. A Economia Ecológica e a Formação Básica em Economia, Sociologia e Antropologia

Quanto ao item v), entre os 80 participantes:

- 13 (16,3%) acham que a estrutura curricular possui disciplinas suficientes das três áreas; 16 (20%) acham que há o suficiente de Economia & Sociologia [mas não de Antropologia]; 6 (7,5%) que há o suficiente de Economia e Antropologia [mas não de Sociologia]; 20 (25%) que há o suficiente de Sociologia e Antropologia [mas não de Economia]; e 25 (31,3%) que há insuficiência de disciplinas nas três áreas;
- 26 (32,5%) acham que os conteúdos das disciplinas nas três áreas são restritos e precisam de “grande diversificação”, 45 (56,3%) acham que são “restritos, porém necessitam de poucas adições”, 8 (10%) que “já são diversificados o suficiente” e 1 (1,2%) que “precisam ser menos diversificados”;
- 2 (2,5%) consideram ter aprendido (ou estar aprendendo) “mais que o suficiente” sobre Economia, 27 (33,8%) “o suficiente”, 43 (53,7%) “menos que o suficiente” e 8 (10%) “praticamente nada”;
- 8 (10%) consideram ter aprendido (ou estar aprendendo) “mais que o suficiente”

sobre Sociologia, 35 (43,8%) “o suficiente”, 34 (42,5%) “menos que o suficiente” e 3 (3,7%) “praticamente nada”;

- 11 (13,8%) consideram ter aprendido (ou estar aprendendo) “mais que o suficiente” sobre Meio Ambiente, 55 (68,8%) “o suficiente”, 13 (16,2%) “menos que o suficiente” e 1 (1,2%) “praticamente nada”.

4.1.3.6. A Economia Ecológica e a Formação Básica em Ciências Humanas e da Natureza

Quanto ao item vi), entre os 80 participantes:

- 29 (36,3%) acham que é “fundamental” o curso de Economia Ecológica focar mais em conteúdos básicos nos primeiros períodos, 33 (41,2%) que “talvez fosse bom” e 18 (22,5%) que “não há necessidade, é melhor do jeito que está hoje”;
- 22 (27,5%) acreditam que chegaram à faculdade com uma base “muito boa” em Geografia, História e Sociologia, 36 (45%) com uma base “suficientemente boa”, 21 (26,3%) com uma base “insuficiente” e 1 (1,2%) “totalmente sem base”;
- 9 (11,3%) acreditam que chegaram à faculdade com uma base “muito boa” em Física, Biologia e Química, 31 (38,8%) com uma base “suficientemente boa”, 38 (47,5%) com uma base “insuficiente” e 2 (2,5%) “totalmente sem base”;
- 13 (16,3%) acreditam que chegaram à faculdade com uma base “muito boa” em Matemática, 30 (37,5%) com uma base “suficientemente boa”, 27 (33,8%) com uma base “insuficiente” e 10 (12,5%) “totalmente sem base”.

4.1.4. A INSERÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAIS DO ECONOMISTA ECOLÓGICO

A quarta seção (D) do questionário aplicado aos egressos e aos discentes consistiu de perguntas com o objetivo de sondar as percepções gerais acerca da capacidade de trabalho do Economista Ecológico, bem como de sua inserção e atuação profissionais no atual cenário laboral. Os resultados foram os seguintes:

- 22 (27,5%) acreditam que sairão do curso com “plena capacidade” para trabalhar na área, 41 (51,2%) que sairão com “capacidade limitada”, 12 (15%) que não sairão capacitados “mas que poderão se capacitar no trabalho” e 5 (6,3%) que “não terão capacidade de exercer a profissão”;
- 8 (10%) acreditam que “há muitos postos” de trabalho para o formado em Economia Ecológica, enquanto 18 (22,5%) acreditam que “há um número

razoável de postos”, 41 (51,2%) que “quase não há postos” e 13 (16,2%) que “não há postos de jeito nenhum”;

- 48 (60%) acreditam que o profissional ECOECO está “em grande desvantagem” em relação aos demais profissionais das áreas ambiental, social e econômica; 21 (26,3%) que “está em pequena desvantagem”, 5 (6,3%) que “está em pequena vantagem” e 6 (7,5%) que “está em grande vantagem”;
- 54 (67,5%) prefeririam trabalhar no setor público, 16 (20%) no setor privado e 10 (12,5%) no terceiro setor;
- 39 (48,8%) acham que a carga horária optativa deveria “com certeza” ser utilizada para capacitação profissional direcionada, enquanto 33 (41,2%) “preferem escolher livremente” e 8 (10%) “não conseguem opinar”;
- 48 (60%) acreditam que “os docentes do curso” têm a obrigação moral de agir para criar oportunidades de estudo/trabalho para os egressos, enquanto 19 (23,7%) acreditam que “somente os Coordenadores do Curso” têm essa obrigação e 13 (16,2%) que os docentes “não têm obrigação nesse sentido”;
- 42 (52,5%) acreditam que “os docentes do curso” têm a obrigação funcional de agir para criar oportunidades de estudo/trabalho para os egressos, enquanto 25 (31,3%) acreditam que “somente os Coordenadores do Curso” têm essa obrigação e 13 (16,2%) que os docentes “não têm obrigação nesse sentido”;
- 28 (35%) acreditam que docentes e discentes estão “todos agindo corretamente” para criar oportunidades de trabalho para os formados, enquanto 6 (7,5%) acreditam que “somente os docentes estão agindo corretamente”, 19 (23,8%) que “somente os discentes estão agindo corretamente” e 27 (33,8%) que “ninguém está agindo corretamente”.

4.1.5. O FUTURO DA REALIDADE AMBIENTAL E DO ECONOMISTA ECOLÓGICO

A quinta seção (E) do questionário aplicado aos egressos e aos discentes consistiu de perguntas com o objetivo de sondar as percepções gerais acerca do futuro da realidade ambiental e do profissional Economista Ecológico. Os resultados foram os seguintes:

- 77 (96,3%) acreditam que as questões e problemas socioambientais tendem a se “multiplicar”, enquanto 2 (2,5%) acreditam que tendem a “diminuir” e 1 (1,2%) “não consegue opinar”;
- 67 (83,8%) acham que os profissionais de meio ambiente tendem a ter “mais

oportunidades” de atuação nas próximas décadas, enquanto 9 (11,3%) acham que terão as “mesmas oportunidades”, 3 (3,7%) “menos oportunidades” e 1 (1,2%) “não consegue opinar”;

- 43 (53,8%) acham que o profissional ECOECO (mantido o seu perfil atual descrito no Projeto Pedagógico de Curso) tende a obter “mais oportunidades” de atuação, enquanto 19 (23,7%) acham que terão as “mesmas oportunidades”, 14 (17,5%) “menos oportunidades” e 4 (5%) “não conseguem opinar”;
- 7 (8,8%) acham que, nas próximas décadas, os Economistas convencionais serão “mais requisitados” como profissionais, enquanto 31 (38,7%) acham que serão “igualmente requisitados”, 37 (46,3%) “menos requisitados” e 5 (6,3%) “não conseguem opinar”;
- 10 (12,5%) acham que o profissional ECOECO tende “com absoluta certeza” a substituir o Economista convencional nas próximas décadas, enquanto 36 (45%) acham “provável” que ocorra a substituição, 30 (37,5%) acham “improvável” e 4 (5%) acham “impossível”;
- 13 (16,3%) acham que o profissional ECOECO florescerá como “um tipo mais avançado de Economista”, enquanto 45 (56,3%) acham que será “um profissional muito diferente do Economista”, 13 (16,2%) que “será as duas coisas” e 9 (11,3%) que “será algo totalmente incompatível com o atual Economista”.

4.2. REAVALIAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO ORIGINAL A PARTIR DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

O artigo contendo a argumentação original sobre a temática e os elementos abordados pelo questionário estava baseado na experiência direta e nas opiniões de um único discente ativo. Era um **artigo de opinião**. Os resultados obtidos em questionário permitiram obter uma imagem geral da percepção discente acerca das mesmas questões. Constituiu-se, assim, uma **pesquisa de opinião**.

A argumentação original pode agora ser reexaminada à luz dos resultados obtidos via questionário. Para melhor situar o leitor em relação aos objetos principais da discussão, isto é, o Curso de Graduação em Economia Ecológica e o profissional Economista Ecológico, convém caracterizar a ambos, tal como no trabalho original.

4.2.1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE ECONOMIA ECOLÓGICA E DO PROFISSIONAL EGRESSO

O curso ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) é de nível de graduação, conferindo o título de Bacharel em Economia Ecológica aos concludentes. Ocorreu sempre em modalidade presencial, exceto durante o período de quarentena imposta pela pandemia de COVID-19.

Começou a funcionar no segundo semestre do ano de 2015 nas dependências do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFC, tendo lá permanecido desde então. As origens do curso, porém, remontam a esforços prolongados de um grupo heterogêneo de docentes, de modo que a história real pode ser traçada até antes de 2010. As etapas da concepção e implementação do curso, assim como as dificuldades enfrentadas, estão descritas com maior nível de detalhamento em Oliveira (2015).

A carga horária total é de 3200h, sob a seguinte divisão: disciplinas obrigatórias (1856h); disciplinas optativas (832h, 512h das quais optativas livres); atividades complementares (192h); trabalho de conclusão de curso (320h). As disciplinas organizam-se em regime semestral, principalmente nos turnos da tarde e da noite (excetuando optativas, selecionadas conforme a preferência do discente), com 50 vagas ofertadas anualmente.

O primeiro diploma de Economista Ecológico(a) foi conferido em julho de 2019 (CRUPPE, 2019). Outros dados fundamentais acerca do curso podem ser encontrados no Projeto Pedagógico de Curso [PPC] (2017) e em outros documentos oficiais.⁵

⁵ Disponíveis na página oficial do curso no site da Universidade Federal do Ceará: <https://economiaecologica.ufc.br/pt/documentos-e-formularios/>

Para melhor caracterizar o Curso de Graduação em Economia Ecológica, é preferível iniciar pelo que ele **não é**: um espaço estritamente disciplinar e/ou especializante de formação. Ao menos procura esquivar-se de sê-lo. Sua característica definidora é a de oferecer uma perspectiva interdisciplinar e holista, à diferença da estrutura disciplinar e reducionista⁶ ainda dominante nas universidades a despeito de alguns esforços de conjugação e articulação dos múltiplos campos do saber. Nos termos do PPC:

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Economia Ecológica, portanto, tem por marca distintiva uma estrutura curricular interdisciplinar que incorpora interseções e fronteiras de diversos campos do conhecimento, de modo a permitir a compreensão das várias dimensões da realidade em que vivemos. (PPC, 2017, p. 8)

O Projeto articula conhecimentos que guardam afinidades e afirmam complementaridades necessárias à sua natureza interdisciplinar e essenciais à formação pretendida. Para tal, o Currículo Pleno congrega saberes e práticas das áreas de Agronomia, Antropologia, Biologia, Economia Política, Direito, Estatística, Geografia, História, Matemática e Termodinâmica, com caráter obrigatório ou de escolha dos estudantes. (PPC, 2017, p. 8)

Ainda nos termos do PPC, “o cerne da formação situa-se nas relações entre ambiente (ou natureza), sociedade e economia” (PPC 2017, p. 6). O quadro 1 (p. 33) oferece um enquadramento das unidades curriculares principais em que estão inseridos os conteúdos abordados ao longo do curso, dispostos no interior das três macro dimensões que o PPC indica como centrais (natureza, sociedade e economia).

As unidades curriculares são:

- I) Economia e Limites Ecológicos;
- II) Indicadores de Impactos e Políticas Públicas;
- III) Semiárido e Tecnologias Sociais;
- IV) Orientação Pedagógica e Trabalho de Conclusão de Curso.

O quadro 1 sintetiza as informações da tabela 2 (p. 34) e do quadro 2 (p. 35). Além da carga horária (CH), o quadro revela a seguinte proporção entre as macro dimensões previstas no PPC: Dimensão Natureza (DN): 35,3%; Dimensão Sociedade (DS): 36,8%; Dimensão Economia (DE): 27,9%. O equilíbrio aproximado entre elas sugere que, ao menos em termos de divisão temática do currículo obrigatório, a interdisciplinaridade é efetivamente alcançada.

⁶ Empregamos os termos “reducionista” e “holista” com os sentidos em que aparecem na investigação ecológica e em outros campos de esforço científico. Não há sentido pejorativo nem suposição imediata de que uma abordagem seja superior à outra.

Quadro 1 – Unidades Curriculares e Macro Dimensões do Curso de Graduação em Economia Ecológica

Unidades Curriculares e Macro Dimensões					
Unidades Curriculares	CH	DN	DS	DE	Total
I - Economia e Limites Ecosistêmicos	608	28	38	20	86
II - Indicadores de Impactos e Políticas Públicas	448	19	12	11	42
III - Semiárido e Tecnologias Sociais	448	28	22	20	70
IV - Orientação Pedagógica e Trabalho de Conclusão de Curso	672	40	48	40	128
Total	2.176	115	120	91	326
(%)	---	35,3	36,8	27,9	100,0

Fonte: Elaborada Pelos Autores – Baseada em Documentos do Curso de Economia Ecológica (2022)

A figura 1 (p. 36) caracteriza o quadro docente ativo em 2021 em termos das áreas de graduação que cursaram, enquanto a figura 2 (p. 36) faz o mesmo para as áreas de doutoramento. As tabelas 3 e 4 (p. 37) informam os números exatos de docentes ativos por área.

Em termos de graduação, revela-se a prevalência de duas formações principais: Agronomia (8 docentes) e Economia (3 docentes). Isso é explicado pelo fato de que o curso nasceu como iniciativa de docentes da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC – UFC), e foi inserido institucionalmente no Centro de Ciências Agrárias (CCA – UFC), onde incorporou profissionais vinculados às ciências agrárias, mas interessados pela proposta de uma pedagogia interdisciplinar.

Tal interesse é indicado justamente ao observar as áreas de doutoramento dos docentes: note-se que vários deles seguiram para áreas não imediatamente vinculadas à sua formação de graduação. Pode-se dizer que tais docentes procuraram *diversificar sua formação de origem em vez de especializá-la*.

O curso tem, portanto, caráter fortemente interdisciplinar. Tal característica coloca em evidência a primeira e mais fundamental de suas dificuldades práticas: por mais generosa que seja a proposta fundadora, um curso que abarque um tal número de direções intelectivas, quando inserido na estrutura universitária brasileira – na qual prevalecem os enfoques disciplinares –, arrisca-se a produzir uma síntese de qualidade questionável.

A interdisciplinaridade e seus desafios foi, assim, o ponto de partida da argumentação no trabalho original, o qual será retomado a seguir na subseção 4.2.2.

Tabela 2 – Macro Dimensões e Grupos Temáticos no Curso de Economia Ecológica

Enquadramentos do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)	
Macro Dimensões e Temas	
Natureza:	
<p>T1) Agroecologia; Agricultura Familiar; Agrobiodiversidade; Agroecossistemas; Sistemas Agrários</p> <p>T2) Cartografia; Geoprocessamento; Indicadores Biofísicos</p> <p>T3) Degradação Ambiental; Desertificação; Poluição; Restauração; Unidades de Conservação</p> <p>T4) Ecologia; Ecossistemas; Biodiversidade; Serviços Ecossistêmicos; Bioma</p> <p>T5) Nordeste, Semiárido e Caatinga</p>	
Sociedade:	
<p>T1) Desigualdades Sociais e Ambientais; Bens Comuns</p> <p>T2) Direito; Direitos Humanos; Legislação; Justiça Ambiental</p> <p>T3) Evolução do Pensamento Ecológico; Sociedade e Economia</p> <p>T4) Extensão; Metodologia Participativa; Trabalho de Campo</p> <p>T5) Povos Tradicionais; Saberes; Conflitos Ambientais</p> <p>T6) Sustentabilidade Ecológica e Social; Bem Viver; Bioeconomia</p>	
Economia:	
<p>T1) Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas; Planejamento e Controle Social</p> <p>T2) Estatística; Matemática; Indicadores Socioeconômicos e Biofísicos</p> <p>T3) História Econômica e Economia Política</p> <p>T4) Planejamento, Estudos e Pesquisa Socioeconômica</p> <p>T5) Processo Econômico e Entropia; Crescimento Econômico; Globalização e Financeirização da Economia</p>	

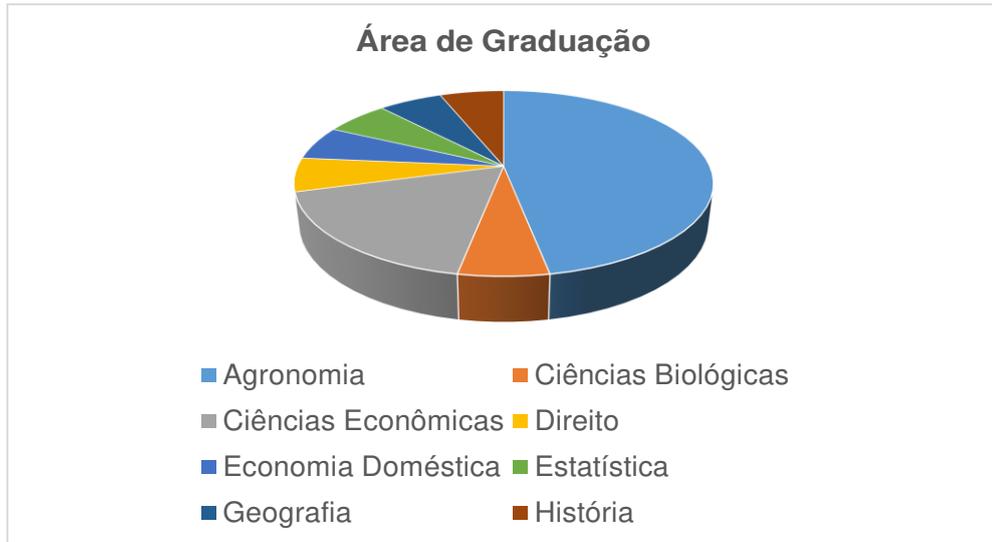
Fonte: Elaborada Pelos Autores – Baseada em Documentos do Curso de Economia Ecológica (2022)

Quadro 2 – Unidades Curriculares e Disciplinas Segundo as Macro Dimensões e Grupos Temáticos

Unidades Curriculares, Macro Dimensões e Temas																				
Unidades Curriculares / Disciplinas	Natureza							Sociedade						Economia						
	CH	TN1	TN2	TN3	TN4	TN5	Total	TS1	TS2	TS3	TS4	TS5	TS6	Total	TE1	TE2	TE3	TE4	TE5	Total
I - Economia e Limites Ecosistêmicos	608	8	1	6	6	7	28	9	7	5	1	8	8	38	8	1	6	1	4	20
1) Antropologia Econômica	64				1	1	2	1	1			1	1	4	1			1		2
2) Crítica à Economia Política e Natureza	64	1					1	1		1			2	1		1				2
3) Ecologia	64	1		1	1	1	4	1	1			1	1	4	1	1			1	3
4) Direito Ambiental	64	1		1	1	1	4	1	1			1	1	4	1					1
5) Economia e Entropia	64	1		1	1	1	4	1		1		1	1	4			1		1	2
6) Economia Política e Natureza	64	1					1	1	1	1		1	1	5	1		1			2
7) Formação Socioeconômica Geral	64	1		1		1	3	1	1	1		1	1	5	1		1			2
8) Introdução à Economia Ecológica	96	1		1	1	1	4	1	1	1	1	1	1	6	1		1		1	3
9) Mundialização do Capital e Financeirização da Natureza	64	1	1	1	1	1	5	1	1			1	1	4	1		1		1	3
II - Indicadores de Impactos e Políticas Públicas	448	3	5	4	4	3	19	2	3	0	4		3	12	1	5		4	1	11
1) Estatística para a Economia Ecológica	96		1				1									1		1		2
2) Geoprocessamento	64	1	1	1	1	1	5			1		1	2		1				1	2
3) Matemática para a Economia Ecológica	96			1			1			1			1		1					1
4) Planejamento e Gestão de Projetos Socioambientais	64	1	1	1	1	1	5	1	1		1		1	4	1			1		2
5) Poluição Ambiental	64		1	1	1		3	1	1		1		3		1			1		2
6) Valoração de Serviços Ecosistêmicos	64	1	1		1	1	4		1			1	2		1		1		1	2
III - Semiárido e Tecnologias Sociais	448	7	6	6	5	7	28	5	5	0	6	1	5	22	7	2	6	0	5	20
1) Agricultura e Ambiente	64	1	1	1	1	1	5	1	1		1		1		1	1	1		1	4
2) Cartografia Social	64	1	1	1	1	1	5		1		1		1		1	1	1		1	4
3) Espaço Brasileiro	64	1	1	1	1	1	5				1		1		1	1				2
4) Formação do Território Brasileiro	64	1	1			1		1	1		1	1			1		1			2
5) Recuperação de Áreas Degradadas	64	1	1	1	1	1	5	1	1		1		1		1				1	2
6) Regionalização e Economia do Nordeste	64	1		1	1	1	4	1							1		1		1	3
7) Sistemas Agroalimentares, Soberania e Segurança Alimentar	64	1	1	1		1	4	1	1		1		1		1		1		1	3
IV - Orientação Pedagógica e Trabalho de Conclusão de Curso	672	8	8	8	8	8	40	8	8	8	8	8	8	48	8	8	8	8	8	40
1) Metodologia e Prática de Pesquisa	64	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
2) Projeto de Pesquisa	128	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
3) Trabalho de Campo Integrado I	32	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
4) Trabalho de Campo Integrado II	32	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
5) Trabalho de Campo Integrado III	32	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
6) Trabalho de Campo Integrado IV	32	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
7) Trabalho de Campo Integrado V	32	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
8) Trabalho de Conclusão do Curso	320	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	6	1	1	1	1	1	5
Total Geral	2.176	26	20	24	23	25	115	24	23	13	19	17	24	120	24	16	20	13	18	91

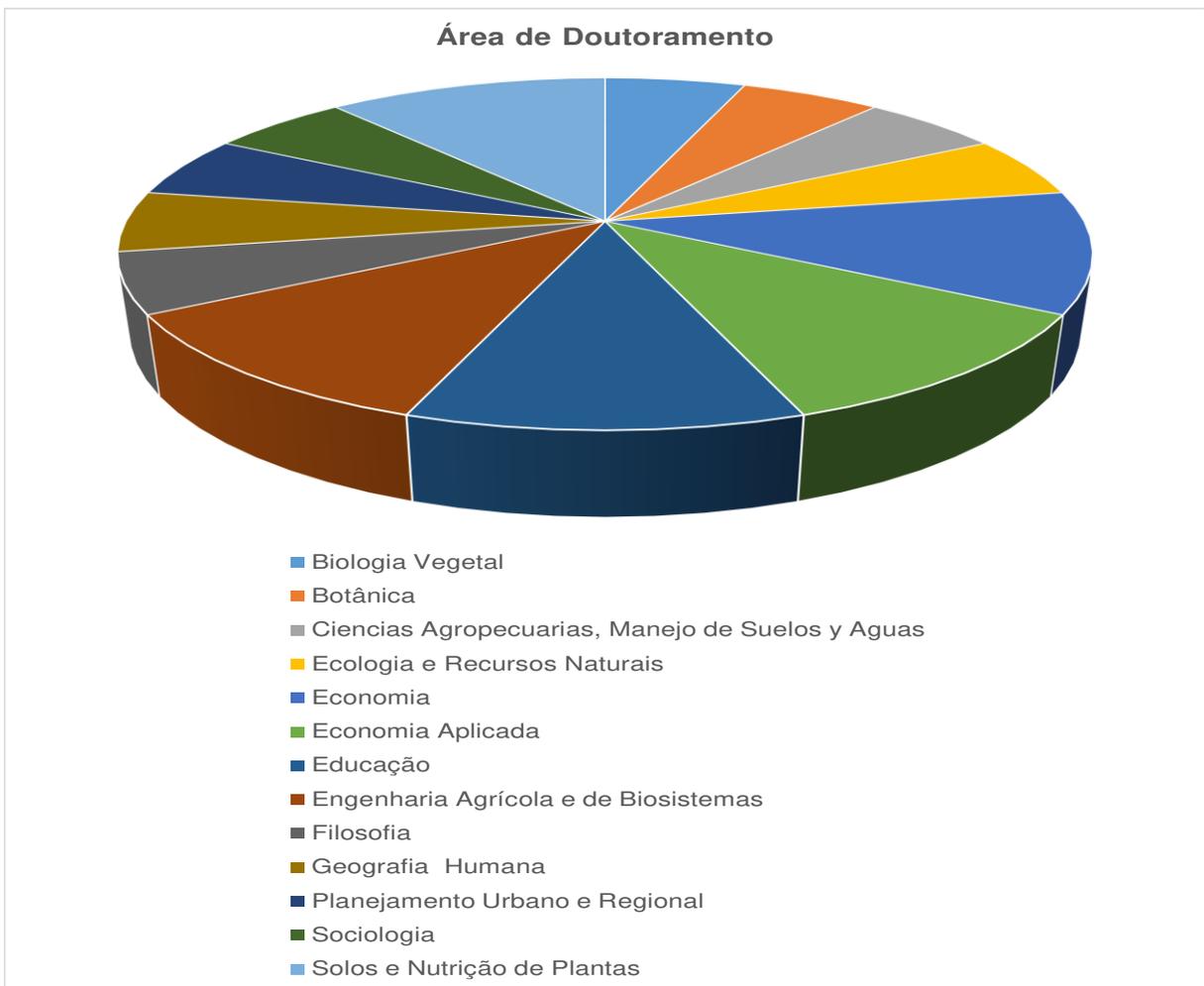
Fonte: Elaborado Pelos Autores – Baseada em Documentos do Curso de Economia Ecológica (2022)

Figura 1 – Áreas de Graduação do Corpo Docente Ativo em 2021



Fonte: Elaborada Pelos Autores – Baseada em Documentos do Curso de Economia Ecológica (2022)

Figura 2 – Áreas de Doutorado do Corpo Docente Ativo em 2021



Fonte: Elaborada Pelos Autores – Baseada em Documentos do Curso de Economia Ecológica (2022)

Tabela 3 – Área de Graduação dos Docentes Ativos em 2021 - Curso de Graduação em Economia Ecológica (UFC)

Agronomia	8
Ciências Biológicas	1
Ciências Econômicas	3
Direito	1
Economia Doméstica	1
Estatística	1
Geografia	1
História	1

Fonte: Elaborada Pelos Autores – Baseada em Documentos do Curso de Economia Ecológica (2022)

Tabela 4 – Áreas de Doutorado dos Docentes Ativos em 2021 - Curso de Graduação em Economia Ecológica (UFC)

Biologia Vegetal	1
Botânica	1
Ciencias Agropecuarias, Manejo de Suelos y Aguas	1
Ecologia e Recursos Naturais	1
Economia	2
Economia Aplicada	2
Educação	2
Engenharia Agrícola e de Biosistemas	2
Filosofia	1
Geografia Humana	1
Planejamento Urbano e Regional	1
Sociologia	1
Solos e Nutrição de Plantas	2

Fonte: Elaborada Pelos Autores – Baseada em Documentos do Curso de Economia Ecológica (2022)

Para cumprir o papel de orientar o leitor que porventura deseje examinar os dados e as conclusões que o presente trabalho encaminha, convém listar, finalmente, os objetivos (geral e específicos) do Curso de Graduação em Economia Ecológica (PPC, 2017, p. 31-32):

- **Objetivo Geral:** formar profissionais com elevada consciência ecológica e profundo respeito aos biomas e à cultura local, capaz de compreender as relações entre ambiente, sociedade e economia e os impactos ecossistêmicos provocados pelas atividades humanas sobre a Natureza;
- **Objetivos Específicos:**
 - **1)** Afirmar o pressuposto de que a biosfera é nossa comum e que a Natureza continuará existindo, mesmo sem o homem;
 - **2)** Entender as principais formações socialmente construídas pela

humanidade e as inter-relações que se estabeleceram entre ecologia e economia ao longo de sua história;

- **3)** Compreender os processos separação entre natureza e sociedade, campo e cidade, e como se estruturou a atual repartição da riqueza e dos recursos naturais e suas repercussões sobre os ecossistemas;
- **4)** Fornecer uma base de formação humanística que incorpore em seu âmbito conhecimentos básicos de Filosofia, Sociologia e Antropologia, ao lado de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;
- **5)** Formar profissionais que tenham um perfil caracterizado por uma sólida formação voltada para a realidade nacional e a do Nordeste, contextualizada na evolução histórica e social do capitalismo no mundo.

Os objetivos da formação anunciam também princípios norteadores importantes sobre o perfil do profissional Economista Ecológico. Aliás, conforme PPC (2017, p. 33), o perfil & objetivos do curso não são separáveis do perfil profissional, a não ser para efeito de exposição. Para iniciar a caracterização do profissional egresso, destaca-se os seguintes trechos do PPC (2017, p. 33):

Por se tratar de uma formação interdisciplinar, o Curso projeta um profissional especialista com formação geral, ou seja, com visão de totalidade. Esta é uma exigência inerente ao objeto de estudo da Economia Ecológica: uma formação abrangente, em virtude da complexidade que caracteriza este objeto. O profissional de Economia Ecológica deverá defrontar-se com interfaces entre ambiente, sociedade e economia, daí porque terá que se apropriar de conteúdos de várias áreas do conhecimento. Além dos conteúdos teóricos e instrumentais previstos no Projeto, a formação também contempla componentes éticos e estéticos voltados para a elevação da consciência ecológica dos indivíduos em sociedade. Da perspectiva interdisciplinar do Curso, espera-se formar um indivíduo com uma sólida formação teórica e técnica com capacidade intelectual de perceber a totalidade socioeconômica e ambiental onde estiver atuando. (PPC, 2017, p. 33).

O Curso está estruturado para proporcionar ao egresso habilidades necessárias a um competente desempenho profissional nas tarefas específicas de sua formação, seja no setor público ou no setor privado. Nesse sentido, deverá capacitá-lo para elaborar diagnósticos e estudos de natureza socioeconômica e ambiental, de forma objetiva e crítica, a fim de que possa contribuir para soluções adequadas. (PPC, 2017, p. 34).

[...] espera-se que o profissional de Economia Ecológica seja capaz de selecionar e analisar criticamente as informações disponíveis e capaz de produzir outras informações e conhecimentos, utilizando-se dos instrumentos de pesquisa disponíveis ou de outros que venha a produzir. Ademais, que seja capaz de dialogar com profissionais de diferentes campos do conhecimento e jamais deixar de considerar os saberes das comunidades, dos povos tradicionais e dos movimentos sociais, atuando de forma cooperativa no trato das questões que envolvam análises de impactos socioeconômicos e ambientais. (PPC, 2017, p. 34).

Os trechos destacados são, em seguida, traduzidos em termos de competências e habilidades específicas (PPC, 2017, p. 34-35), capazes de diferenciar o profissional egresso em face de outros com atuação semelhante ou correlata. São elas:

1. Aptidão para o debate sobre as questões locais, nacionais e as transformações mundiais, que envolvam impactos socioeconômicos e ambientais;
2. Sólida formação técnica humanística e ética, indispensável ao exercício de suas atividades no campo interdisciplinar da Economia Ecológica;
3. Sensibilidade diante das desigualdades sociais e capaz de reconhecer a diversidade dos saberes e as diferenças étnico-culturais;
4. Habilidade para desenvolver raciocínios logicamente consistentes e elaborar análises críticas como elementos básicos para a tomada de decisões em relação aos aspectos de natureza socioeconômica e ambiental com os quais se defrontarem;
5. Condições intelectuais para a leitura e compreensão de textos e documentos relacionados à economia e suas relações com o ambiente;
6. Domínio de metodologias e conceitos fundamentais de Economia Ecológica a serem utilizados quando da elaboração de estudos e relatórios sobre impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes de projetos públicos ou privados de investimento;
7. Capacidade para atuar com discernimento e aprender com autonomia intelectual e compromisso social, de modo a contribuir para que as gerações atuais e futuras tenham um ambiente propício à vida;
8. Desenvoltura para atuar em equipe, seja de empresas de consultoria, de órgãos governamentais ou de outras organizações, desenvolvendo estudos e pesquisas, elaborando pareceres técnicos no campo da avaliação e análise ambiental, identificando impactos sobre os ambientes natural e social, gerados por

processos tecnológicos, complexos produtivos, projetos de infraestrutura relacionadas à logística da circulação de mercadorias e da mobilidade humana;

O Projeto Pedagógico do Curso toma ainda o cuidado de rememorar importantes aspectos que diferenciam o Economista Ecológico de alguns profissionais já existentes, em termos de capacidade de compreensão das situações e de intervenção sobre elas, conforme trecho:

[...] em um mundo cada vez mais complexo, tudo leva a admitir que o mercado de trabalho demande um profissional com elevado nível de especialização, porém com uma formação abrangente que lhe garanta relativa facilidade de comunicação oral e escrita. No entanto, como se sabe, a especialização decorre da divisão técnica do trabalho, o que elimina a possibilidade de uma formação abrangente. Todavia, o perfil profissional inovador contido no Bacharelado em Economia Ecológica cria condições para romper com esta separação. Com tal característica, espera-se que o espectro da área de atuação profissional seja alargado. (PPC, 2017, p. 36).

Finalmente, o perfil da formação e do profissional, bem como a lista de competências e habilidades específicas, sugerem áreas de atuação mais ou menos específicas no interior das quais o egresso poderá exercitar o conjunto das competências adquiridas.

- Ensino e pesquisas acadêmicas voltadas para a Economia Ecológica;
- Estudos e pesquisas sobre impactos socioeconômicas e ambientais decorrentes de projetos de investimento públicos ou privados, ou decorrentes de complexos produtivos em funcionamento;
- Planejamento socioeconômico e ambiental e elaboração de políticas públicas para o semiárido nordestino;
- Estudos e pesquisas cooperativas sobre processos de desertificação e para a recuperação de áreas degradadas do semiárido nordestino;
- Estudos e sistematização de experiências de “tecnologias sociais” de convivência no semiárido nordestino;
- Consultoria de órgãos governamentais, de empresas privadas, ONG ou outras organizações, para o estudo de impactos socioeconômicos e ambientais;
- Elaboração e análise de relatórios e estudos sobre impactos socioeconômicos e ambientais;
- Elaboração de políticas de gestão ambiental de resíduos sólidos e líquidos.

4.2.2. A ECONOMIA ECOLÓGICA E A INTERDISCIPLINARIDADE

O trabalho original argumentava que o caráter interdisciplinar do curso, em termos epistêmicos e pedagógicos, era uma proposta generosa, mas arriscada nos seguintes termos:

Um curso que abarque um tal número de direções intelectivas, quando inserido na estrutura universitária brasileira (em que prevalecem os enfoques disciplinares), arrisca-se a produzir uma síntese de qualidade questionável. Menos por imperícia dos envolvidos e mais pelo fato de que a compartimentalização do aprendizado em várias disciplinas semestrais desfavorece a integração genuína dos conhecimentos adquiridos – a menos que o estudante possua, ele mesmo, impressionantes e inauditos talentos de síntese teórica e prática, o que é, paradoxalmente, traço do profissional maduro e não do aprendiz. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 8)

Afirmou-se então que era preciso averiguar, aos poucos, se os estudantes e principalmente os egressos têm sido bem sucedidos em produzir descobertas e/ou realizações práticas que justifiquem a multidirecionalidade da formação a que foram submetidos.

Caso isso não se verificasse, a promessa de interdisciplinaridade não teria sido concretizada, e os egressos não possuiriam todas as “competências e aptidões que permitam compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas que se situam no entorno das relações entre ambiente, sociedade e economia” (PPC, 2017, p. 36).

Assim, dissemos:

Destituído do poder de articulação e de síntese que o caracterizaria e diferenciaria em face dos profissionais já existentes, o Economista Ecológico estaria então na difícil situação em que compreende a problemática e a técnica ambientais, mas não como o Agrônomo, o Oceanógrafo ou o Engenheiro Ambiental; compreende as problemáticas antropológicas, sociais e políticas, mas não como os cientistas sociais de cada qual destas especialidades; e compreende a vida econômica, mas não como o Economista (termo que inclui, justa ou injustamente, os “economistas políticos” de todas as cepas e correntes teóricas, bem como os críticos da economia política). (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 8)

O argumento era, portanto, de que a interdisciplinaridade (epistêmica e pedagógica) é um aspecto positivo do Curso de Graduação em Economia Ecológica, mas de que sua efetivação prática deveria ser objeto de acompanhamento cauteloso, pois a integração genuína dos conhecimentos é de complexa realização e poderia facilmente dar lugar a uma multidirecionalidade sem foco. O questionário permitiu examinar esse ponto de vista segundo as opiniões de egressos e discentes.

Importante lembrar, neste ponto, que Oliveira (2015), docente fundador e principal articulador do surgimento do curso, elegeu a interdisciplinaridade como principal desafio da empreitada:

O principal desafio do Curso está em sua natureza interdisciplinar. Mais ainda porque se insinua como quebra de paradigma em uma universidade marcadamente conservadora no que se relaciona ao instrumental teórico-metodológico e institucional que nela predomina. Para os docentes, formados na tradição do conhecimento fragmentado, que sobreleva a produtividade material acadêmica, implica em ter que experimentar e vivenciar referenciais integradores de conhecimentos e saberes. (OLIVEIRA, 2015, p. 12)

De início, o caráter interdisciplinar do curso foi considerado positivo de modo quase unânime (79 dos 80 participantes, p. 25), a maioria considerando indispensável que seja mantido. Já a concretização desse caráter foi menos unânime: somente 35% disseram que é muito bem sucedida, enquanto 52,5% creram que é razoavelmente bem sucedida e 12,5% creram que é insuficientemente bem sucedida (11,3%) ou malsucedida (1,2%).

Esse resultado, pouco entusiástico apesar de positivo, parece sugerir que há dúvidas sobre o sucesso do aprendizado interdisciplinar. Tal impressão é consolidada quando associada às respostas sobre o domínio docente e discente acerca da pedagogia e das metodologias interdisciplinares.

Somente 11,3% creem que os professores do curso possuem “total domínio” da pedagogia interdisciplinar, enquanto 55% acham que há “domínio suficiente” e 33,8% que há “domínio insuficiente” (31,3%) ou “não há domínio algum” (2,5%).

Ou seja, cerca de um terço dos participantes desconfiam da capacidade docente de concretizar a mais importante e definidora característica da Economia Ecológica.

Similarmente, 8,8% creem que os alunos têm conseguido adquirir “total domínio” das metodologias e da formação interdisciplinar ao longo do curso, enquanto 53,8% acham que adquirem “domínio suficiente” e 37,5% que adquirem “domínio insuficiente” (36,3%) ou “não adquirem domínio algum” (1,2%).

Ou seja, mais que um terço dos participantes desconfiam do próprio domínio sobre a mais importante característica da formação do Economista Ecológico.

31,5%, aliás, associam a interdisciplinaridade com algum tipo de impedimento ao aprendizado, seja “bastante” (3,8%) ou “um pouco” (28,7%), enquanto 32,5% creem que “pelo contrário, ela ajuda” e 35% que “não impede de maneira alguma”. Parece relevante que, sendo uma característica tão definidora do curso, menos que um terço dos participantes a identifiquem como um elemento auxiliador do aprendizado. É, no mínimo, um sinal de que a interdisciplinaridade talvez não esteja sendo bem demarcada e explicitada nos diferentes momentos e modais do aprendizado discente.

A despeito desses resultados, nenhuma preocupação pode ser creditada aos docentes de maneira completa e pessoal. Isso porque há, sabidamente, conflitos de perspectiva no Centro de Ciências Agrárias (CCA - UFC) que se traduzem em dificuldades práticas à consolidação das características do curso.

Por exemplo, 31,3% acreditam que a posição do CCA em relação ao caráter interdisciplinar da Economia Ecológica é “não apoia e age para descaracterizá-la”, 28,7% creem que é “não apoia” e 38,8% que “apoia, mas com muitas limitações”.

Ou seja, uma esmagadora maioria de 98,8% parece identificar dificuldades entre o curso e o CCA, ao passo que somente 1,2% disseram que o CCA “com certeza apoia” o caráter interdisciplinar do curso.

65% dos participantes creem que professores do curso têm seu trabalho dificultado por terceiros exatamente em função da interdisciplinaridade que buscam exercitar, enquanto 31,3% creem que “o trabalho é dificultado, mas não por essas razões” e apenas 3,7% que “o trabalho não é dificultado de maneira alguma”.

Na mesma toada, 81,3% acreditam que o curso é “tratado com preconceito por muitas pessoas dentro do CCA”, enquanto 17,5% acreditam que é tratado com preconceito por poucas pessoas e só 1,2% que é bem visto e recebe tratamento comum. Sobre o âmbito mais geral da UFC, 72,5% creem que o curso é “tratado com preconceito por muitas pessoas”, enquanto 22,5% acreditam que é tratado com preconceito por poucas pessoas e 5% que é bem visto e recebe tratamento comum.

Juntos, esses resultados sugerem que há tensões entre o curso e o âmbito mais geral da universidade, e sobretudo entre o curso e o CCA, visto quase unanimemente como hostil ou pouco simpático à Economia Ecológica.

As impressões de egressos e discentes não necessariamente refletem a situação real, já que essa população tem nos professores da ECOECO os únicos intermediários entre o curso e o CCA. Os representantes dessas instâncias podem e devem, evidentemente, elaborar sua própria narrativa acerca da situação, já que os professores da ECOECO são parte interessada nas disputas e produzem sua própria versão da verdade.

Mas é preciso lançar um questionamento claro: que sentido há em que a UFC e o CCA acolham um curso novo só para em seguida submetê-lo a dificuldades e a ameaças permanentes de descaracterização?

Um ponto sensível no debate em torno dessa questão seria, finalmente, a situação dos Trabalhos de Campo Integrados (TCIs). Se no geral prevalece a impressão de que as estratégias pedagógicas do curso são obstaculizadas, no âmbito dos TCIs constam episódios em que o

conflito se deu de modo aberto em termos financeiros, logísticos (dificuldade de obtenção de transporte) e até de recursos humanos (alguns docentes não conseguem ser transferidos para o curso de Economia Ecológica, por muito que insistam).

Não é por desapareço dos estudantes, definitivamente, que os TCIs são foco de dificuldades. 76,3% dos participantes afirmaram que os TCIs “ajudam ao extremo” no aprendizado, 20% que “ajuda um pouco”, 2,5% que “quase não ajudam” e 1,2% que “atrapalham”. É enfática a afirmação de que as visitas de campo são extremamente benéficas ao aprendizado!

Retoma-se, portanto, o apontamento feito originalmente acerca de tal situação:

Isso é paradoxal, já que a universidade tem entre seus macro objetivos a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e além disso está trabalhando em curricularizar oficialmente a carga horária de extensão. Neste caso, o TCI deveria ser visto como elemento de vanguarda e caberia apoiá-lo. Não é o que acontece. De fato, as divergências e resistências em relação ao PPC, que têm origem na tensão epistemológica e pedagógica que ele gera em relação aos procedimentos teórico-práticos mais disseminados e consolidados na universidade, se transformam e se manifestam no dia a dia acadêmico como uma posição verdadeiramente ideológica de intolerância com o novo, com o diferente. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 17)

Os TCIs, que por lógica deveriam ser elementos prestigiados pela universidade, parecem em vez disso ser o ponto focal de disputas e de dificuldades contínuas!

E se não é por critérios estritamente institucionais que se trava o aparente conflito entre Economia Ecológica e CCA/UFC, então que razões explicam – de modo verídico – essa situação? O que explica uma situação em que se tornaram comuns entre discentes preocupações do tipo “será que o curso irá fechar?”. Mais uma vez, parece ser verdadeira uma percepção verbalizada em outra ocasião:

O desequilíbrio de forças no interior da universidade, em vez de apenas refletir a solidez natural das graduações antigas em relação às novas, pesa sobre a Economia Ecológica como óbice constante à continuidade do curso. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 17)

Seja como for, os resultados da pesquisa pareceram confirmar os apontamentos do trabalho original:

- a interdisciplinaridade é preciosa e benéfica ao aprendizado, mas sua concretização no curso ainda é questionável;
- as dificuldades na concretização do caráter epistêmico e pedagógico do curso têm a ver com conflitos institucionais no interior da universidade.

Como novidade, finalmente, parece haver a percepção de que no CCA em particular, mais do que na UFC em geral (com suas estruturas, regulamentos, chefias e gestores), existe uma resistência e uma hostilidade dirigidas ao curso. A quem e a quem poderia ser creditada a responsabilidade por esse cenário?

4.2.3. O ECONOMISTA ECOLÓGICO E A CAPACIDADE DE DISTINÇÃO CONCEITUAL

O trabalho original sugeriu (sem demonstrar) a existência de uma limitação de capacidades discentes em termos de distinguir e compreender adequadamente conceitos abstratos e complexos.

Foram feitos apontamentos acerca dessa capacidade, de sua importância intelectual para o profissional Economista Ecológico e sobre as consequências de desenvolvê-la insuficientemente:

Competência imaginativa e linguística importante, a aptidão para traçar distinções é fundamental para segregar objetos de interesse e em seguida defini-los, tarefa que precede esforços científicos de maior profundidade. Contudo, o desenvolvimento dessa habilidade encontra-se ainda pouco contemplado na formação do Economista Ecológico. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 13)

Embora possa soar preciosista, o fato é que a inabilidade de imaginar, distinguir e dissecar os muitos conteúdos e significados possíveis de termos como “ambiental”, “social”, “econômico” etc. limita, por consequência, a imaginação concreta do profissional, empobrecendo sua capacidade de experimentar mentalmente (e na prática, conseqüentemente) uma maior variedade de arranjos e de soluções criativas para as situações que enfrentará. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 13)

Tal competência relacional e sintética é, conforme visto, o diferencial fundamental do Economista Ecológico: falhar em desenvolvê-la é subtrair do profissional outro importante ativo. O efeito provocado é grave: é comum que tais termos abstratos passem a ser empregados como “palavras-muleta” ou “cascas ocas”, isto é, significantes vazios que não se referem a nada em particular, somente a uma vaga e confusa noção que não se consegue exprimir adequadamente. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 13)

Finalmente, foi indicada uma causa provável da dificuldade e foi encaminhada uma sugestão de como dirimi-la:

Acreditamos que o pouco desenvolvimento desta competência, quando é o caso, tenha raízes em debilidades no aprendizado e no domínio do idioma, pois é sobretudo no trato com a boa literatura que se adquire o senso da distinção das palavras e dos objetos. Entretanto, estamos seguros de que incorporar à formação curricular alguns graus de treinamento elementar em Lógica, Dialética e Filosofia (preparação para o texto e a meditação filosóficos) diminuiria bastante essa debilidade, conferindo ao

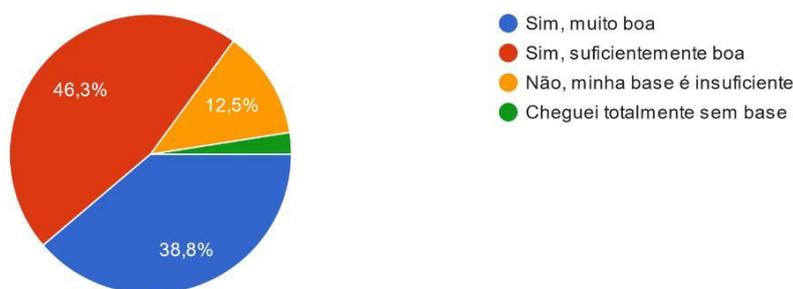
egresso uma maior capacidade de navegar com autonomia através de conceitos e abstrações complexas. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 13)

Assim, a dificuldade apontada, se é que existe, estaria atrelada às habilidades dos egressos e dos discentes para a leitura, a interpretação e a escrita de textos. Questionados a respeito do nível de habilidade que possuíam ao chegar à universidade, 38,8% disseram acreditar que era “muito boa”, 46,3% que era “suficientemente boa”, 12,5% que era “insuficiente” e 2,5% “totalmente sem habilidade”.

Figura 3 – Questionamento Sobre Habilidades Básicas de Leitura, Interpretação e Escrita de Textos

Você acredita que chegou à faculdade com uma boa base em Língua Portuguesa e Redação, isto é, boa habilidade para ler, interpretar e escrever textos?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor – Google Forms (2022)

Seria necessário que os docentes, sobretudo os de áreas que recorrem mais intensivamente a conceitos abstratos, confirmassem ou negassem a autopercepção dos egressos e dos discentes ativos. Para os efeitos do presente trabalho, entretanto, concluiu-se que a percepção média a esse respeito é divergente da apontada pelo trabalho original.

4.2.4. A ESTRUTURA CURRICULAR DA ECONOMIA ECOLÓGICA

O trabalho original incluiu comentários acerca da estrutura curricular do Curso de Graduação em Economia Ecológica. De modo geral, isso foi feito – e a natureza do texto assim o permitia – para expressar um sentimento de gratidão e de apreciação pela rica variedade e pela flexibilidade desse currículo. Nos termos utilizados à época, lê-se:

É um raro e maravilhoso privilégio acessar, no interior do sistema universitário brasileiro, a variedade de disciplinas e conteúdos a que o discente de Economia Ecológica tem direito. Mais ainda, a arquitetura e a articulação mútua dos cursos semestrais ministrados é mais do que suficiente para evitar que o estudante seja dispersado das questões envolvendo as interfaces entre economia, sociedade e natureza. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 11)

O questionário aplicado aos egressos e aos discentes ativos incluiu perguntas destinadas, precisamente, a sondar a opinião dos participantes acerca da estrutura que nos parecera tão elogiável, a despeito das limitações e das faltas originalmente identificadas. Nesta subseção do texto e nas próximas três, serão retomados, conforme a conveniência, alguns dos aspectos abordados originalmente a respeito da estrutura curricular.

Quanto à distribuição das disciplinas entre os assuntos de interesse para a formação, 8,8% dos participantes acham que são “excelentemente bem distribuídas entre os assuntos”, enquanto 71,3% acham que são “razoavelmente bem distribuídas”, 16,2% que são “insuficientemente bem distribuídas” e 3,7% que são “mal distribuídas”.

Quanto a ser teoricamente boa e diversa, 31,3% acham que a estrutura curricular é “excelente”, 66,3% acham que “não é teoricamente boa e diversa, mas precisa de poucos aprimoramentos” e 2,5% que é “muito ruim e pouco diversa”.

Quanto à adequação da estrutura curricular para formar um bom profissional, 27,5% acham que é “excelentemente adequada”, 68,8% acham que “não é adequada, mas precisa de poucos aprimoramentos” e 3,7% que é “muito ruim e pouco adequada”.

Quanto ao equilíbrio entre as áreas ambiental, social e econômica na estrutura curricular, 16,3% acredita que o currículo as “equilibra perfeitamente”, 73,8% acham que “equilibra, mas algumas áreas têm mais ênfase”, 7,5% que “há bastante desequilíbrio” e 2,5% que é “totalmente desequilibrada”.

Quanto à área em que mais aprenderam ao longo do curso (ambiental, social, econômica), 27,5% acreditam ter aprendido mais sobre a “ambiental”, 25% sobre a área “social”, 2,5% sobre a área “econômica”, 16,2% sobre “todas, com equilíbrio” e 28,7% sobre “todas, com desequilíbrio”.

Constam acima os resultados das cinco perguntas que se referem, de forma generalista, à estrutura curricular vigente para o curso (ver PPC mais recente, de 2017). Das três primeiras, depreende-se que a opinião prevalecente é de que o currículo possui imperfeições que carecem de ajuste e correção, mas que estas mudanças não necessitam ser radicais e menos ainda necessitam descaracterizar os atuais princípios ordenadores do curso (também detalhados no PPC). Quaisquer proposições de alteração que envolvam modificar tais princípios teriam contra si o fato de que a atual estrutura é não apenas benquista, mas considerada “excelente” por quase um terço dos participantes.

Os resultados das duas últimas questões, por sua vez, indicam que a interdisciplinaridade se realiza, no currículo, com alguns desequilíbrios relativos entre as áreas ambiental, social e econômica, havendo ênfase ora sobre uma, ora sobre outra. Entre os que

pensam que aprenderam sobre “todas, com equilíbrio” (16,2%) e “todas, com desequilíbrio” (28,7%), somam-se 44,9% dos que acreditam ter aprendido sobre as três áreas em conjunto, o que mais uma vez sugere ao menos um grau mínimo de sucesso da proposta interdisciplinar.

Alguns, entretanto, optaram por afirmar que aprenderam mais sobre a área ambiental (27,5%) ou social (25%), totalizando 52,5%, o que aqui interpretamos como sinal de vacilação na proposta que caracteriza de modo específico a Economia Ecológica: o curso jamais pretendeu formar apenas um especialista em meio ambiente ou em temas sociológicos, e sim um novo profissional capaz de ser mediador entre diferentes dimensões de atividade, bem como articulador de sínteses criativas. Em qualquer etapa da formação, mesmo nos estágios mais preliminares, permitir que venha a se caracterizar em termos de competências especializadas ou de disciplinas científicas parciais seria uma descaracterização clara do projeto previsto no PPC.

Além disso, chama a atenção o fato de que praticamente ninguém considera ter aprendido particularmente a respeito de economia. Se por um lado é verdade que o campo da Economia Ecológica se diferencia largamente da Economia Convencional, mesmo em suas correntes mais heterodoxas, por outro é importante lembrar que os objetos dessas ciências não são tão apartados a ponto de que sejam incompatíveis entre si.

Há algo de seriamente problemático no fato de que, no interior do curso de Economia Ecológica, tão poucos se sintam familiarizados com o campo específico da... Economia. Acreditamos que, em função de as origens do curso remontarem à luta docente em favor de perspectivas teóricas minoritárias na Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC – UFC), a estrutura curricular termina por negligenciar o aprendizado discente na área de economia. Os docentes, que conhecem as diferentes perspectivas em disputa, não sentem o efeito deletério dessa negligência; os discentes, que não possuem esse conhecimento, terminam com uma lacuna em sua formação, o que talvez venha empobrecendo até mesmo sua compreensão sobre a Economia Ecológica, por falta de contraste intelectual.

Finalmente, apesar da brandura da conclusão expressa alguns parágrafos acima – de que não há necessidade de mudanças radicais –, é preciso atinar para o fato de que, se mais de 2/3 dos envolvidos creem que a estrutura curricular atual não é adequada para formar um bom profissional e que ela demanda aprimoramentos, é preciso urgência na reformulação. No mínimo, urgência no diálogo entre docentes e discentes em busca de explorar em detalhes esse desconforto com tão graves implicações.

Afinal, ainda que a universidade não seja apenas uma instituição profissionalizante, formar um bom profissional é parte incontornável da missão dos cursos de graduação, e deixar

de cumpri-la significaria, sem meias palavras, que o papel atual dos dirigentes do curso tem sido o de convidar os discentes à participação – com alto custo para suas trajetórias pessoais e profissionais – em um projeto falido.

4.2.5. A POSTURA DE ENSINO DOS DOCENTES DA ECONOMIA ECOLÓGICA

O trabalho original não incluía comentários a respeito da postura docente na condução das atividades de ensino do Curso de Economia Ecológica, pois não constava entre seus objetivos abordar diretamente esse aspecto complexo e delicado da discussão. Foram feitos, entretanto, alguns apontamentos (citados mais adiante) que merecem ser rememorados e relidos à luz das respostas a duas perguntas do questionário.

Perguntados se acham que os docentes do Curso de Graduação em Economia Ecológica privilegiam visões políticas específicas e pessoais, 17,5% dos participantes respondeu que eles(as) o fazem “com certeza e sempre”, 47,5% que o fazem “com muita frequência”, 26,3% que o fazem “raramente” e 8,8% que “nunca o fazem”.

Assim, 65% entre os participantes creem que a postura docente inclui a adoção de posicionamentos intelectuais e teóricos marcadamente associados a visões políticas específicas – no geral pertencentes à “esquerda política” –, e os demais, em sua maioria, admitem que isso de fato acontece, embora afirmem que é raro.

Em si mesmo, consideramos que esse fato não constitui escândalo sob qualquer ponto de vista.

O público discente universitário se compõe de jovens adultos já capazes de discernir com mínima nitidez a existência de diferentes frações sociais em disputa por determinar os rumos dos acontecimentos de implicações coletivas. Ou seja, os jovens estudantes têm consciência da existência de diferentes grupos que se antagonizam em busca do domínio sobre o poder político, principalmente sobre o poder de Estado.

Seria escandaloso apenas se, em nome da propagação de seus posicionamentos políticos pessoais, os docentes fornecessem ou omitissem quaisquer informações ou bibliografias que gerassem, como consequência dificilmente contornável, a adesão a posições políticas específicas. Ou se gerassem dificuldades para a permanência e a progressão de discentes com convicção e/ou atuação divergentes.

Tais atos constituiriam uma tentativa – bem ou malsucedida – de aliciamento intelectual sobre o corpo discente, o que seria condenável independentemente de quais fossem as perspectivas beneficiadas como resultado, em qualquer situação. Esse aspecto é digno de ser abordado em questionário, e assim o foi, de modo sucinto.

11,3% dos participantes acham que as visões políticas pessoais dos docentes “atrapalham muito” a formação do profissional Economista Ecológico, enquanto 21,3% acham que “atrapalham um pouco”, 51,2% que “não atrapalham em nada” e 16,2% que “pelo contrário, ajudam”.

A resposta, acreditamos, é suficiente para debelar a possibilidade de “aliciamento intelectual”. Mais que a metade dos participantes considera que a postura docente, de explícita e frequente parcialidade, não implica em prejuízos para os discentes, e quase todos os demais consideram que há pouco prejuízo ou até mesmo que há benefícios.

De fato, conforme exposto no trabalho original, não é na parcialidade ou nas convicções mais compartilhadas entre o quadro docente que parecem residir os problemas. À época, afirmou-se:

Prevalece em grande parte do curso o pendor pelo pensamento marxiano e pela sua característica de “crítica à economia política”. Em si mesmo, esse fato não representa mal algum. Contudo, ao privilegiar sem compensações curriculares obrigatórias a formulação marxiana/marxista, o curso termina por relegar ao (quase) esquecimento teorias igualmente importantes para a reflexão econômico-ecológica. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 13)

Ousando explicar aquilo que o questionário sugeriu nesta subseção e nas anteriores, cremos que mesmo a fração discente que identifica prejuízos na parcialidade docente só o faz porque há lacunas formativas, sobretudo em termos de aprendizado na área de economia, que não vêm sendo preenchidas adequadamente.

Vale lembrar, a propósito, que essa percepção de lacunas não é nova e nem parte exclusivamente dos discentes, incluindo o autor do presente trabalho. Andrade (2016) teceu observações semelhantes quando o curso ainda estava iniciando suas atividades, conforme segue:

Além do conceito em si [*ecological economics as the science of managing sustainability*] e sua evolução histórico-institucional, quais são os indicadores pertinentes? E o papel da resiliência dentro do debate sobre desenvolvimento sustentável? E o estudo das escalas econômico-ecológicas enquanto categorias analíticas diferenciadoras da Economia Ecológica? A impressão geral é que estes temas poderiam ter maior realce dentro da atual estrutura curricular do curso. (ANDRADE, 2016, p. 25)

Levando em conta a existência de generosa carga horária optativa livre na estrutura curricular, o problema poderia ser sanado através de orientação direcionada para a composição de um percurso formativo coerente.

Outra medida, que demanda maior elaboração e reflexão mais detida, seria reduzir drasticamente os componentes optativos, indicando em vez disso um caminho formativo integral para o discente de Economia Ecológica, permitindo articular as atuais disciplinas obrigatórias com o solucionamento das dificuldades ora identificadas. Entretanto, por sua complexidade, essa tarefa será objeto de reflexão em outro trabalho científico ou espaço de discussão interno ao curso.

Quanto à postura docente, conclui-se finalmente que não há ausência de probidade no sentido intelectual e nem há retaliações contra as personalidades, temperamentos e perfis de estudantes que porventura diverjam das convicções docentes. As inclinações teórico-políticas da Economia Ecológica são de conhecimento comum dos discentes.

É preciso admitir, entretanto, que há também uma percepção generalizada de que há urgentes problemas a resolver e urgentes questões sobre as quais é preciso conversar abertamente.

E há, conforme será demonstrado nas considerações finais do presente trabalho, uma impressão compartilhada de que os desafios não vêm sendo adequadamente discutidos, e de que os discentes não têm o espaço, o poder de fala e de intervenção que, em princípio, deveriam ter. Afinal, foi Oliveira (2016), fundador do curso, que afirmou:

O Projeto aponta para a necessidade de que novas pedagogias sejam exercitadas de modo que docentes e discentes se sintam como parte importante da construção coletiva de um processo de mudança cultural e percebam sua importância como sujeitos atuantes. (OLIVEIRA, 2016, p. 12)

É inevitável perguntar: se não for permitida aos discentes a experiência prática de interferir nas decisões e de moldar, inclusive dentro da instituição universitária, o novo profissional Economista Ecológico, então com que legitimidade poderá o(a) Economista Ecológico(a) pontificar sobre a necessidade de mudanças culturais – ou do que quer que seja – na sociedade de modo mais amplo?

Os atuais docentes, deve-se lembrar sempre, não são Economistas Ecológicos por formação. Os discentes é que o seremos um dia. É sábio, ou mesmo apropriado e tolerável, que professores decidam sozinhos a respeito da profissão que tecnicamente não é a sua?

4.2.6. A ECONOMIA ECOLÓGICA E A FORMAÇÃO BÁSICA EM ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

O trabalho original, buscando expandir a análise e exemplificar as lacunas da estrutura

curricular atual, produziu apontamentos tanto acerca das Ciências Sociais (entendendo a Economia como Ciência Social Aplicada, como geralmente é entendida) acima citadas, quanto das Ciências Humanas e da Natureza – em particular a Geografia, a História, a Sociologia, a Física, a Química e a Biologia. Nesta subseção serão reabordados os aspectos referentes ao primeiro grupo, enquanto na subseção seguinte o procedimento estará repetido para o segundo grupo.

Há pouco, na subseção anterior, concluiu-se que há necessidade de ajustes, de correções e de inclusões na estrutura curricular atual do Curso de Graduação em Economia Ecológica. Indagados em torno desse tema, limitados às áreas de Economia, Sociologia e Antropologia, os participantes forneceram respostas conforme seguem.

16,3% acham que a estrutura curricular possui disciplinas suficientes das três áreas; 20% acham que há o suficiente de Economia & Sociologia, mas não de Antropologia; 7,5% que há o suficiente de Economia & Antropologia, mas não de Sociologia; 25% que há o suficiente de Sociologia & Antropologia, mas não de Economia; e 31,3% que há insuficiência de disciplinas nas três áreas.

Assim, somente uma pequena fração de 16,3% dos participantes acredita que há suficiência nas três áreas simultaneamente. Os demais localizam desequilíbrios e/ou faltas entre os assuntos. Os resultados permitem observar as interseções e uniões entre os conjuntos de respostas e extrair dados interessantes.

Em relação à área de Sociologia, 38,8% [31,3% + 7,5%) acreditam que há insuficiência.

Em relação à área de Antropologia, 51,3% [31,3% + 20%] acreditam que há insuficiência.

Em relação à área de Economia, 56,3% [31,3% + 25%] acreditam que há insuficiência.

Chama a atenção novamente que a percepção de carência na área de Economia prevaleça até sobre a carência na área de Antropologia, que apesar de importante (especialmente para o trato com a temática das comunidades/povos originárias e/ou tradicionais), tem um papel de certo modo secundário na caracterização do curso.

Nessa altura vale retomar a estatística presente no Quadro 1 (p. 33), segundo a qual a proporção entre as macro dimensões previstas no PPC é: Dimensão Natureza (DN), 35,5%; Dimensão Sociedade (DS), 36,8%; Dimensão Economia (DE): 27,9%.

Enquanto a diferença prevista no PPC é de 8,9% [(36,8 – 27,9)%] entre DS e DN, a diferença entre as carências percebidas para as áreas científicas equivalentes (Sociologia e Economia) é de 17,5% [(56,3 – 38,8)%]. É quase o dobro!

Tomando por significativa essa amostra, e por ora ignorando as maiores delicadezas

exigidas para o tratamento estatístico dessas respostas, aprofunda-se aqui a impressão de erro na condução da Dimensão Economia ao longo do aprendizado discente.

Ainda que os componentes curriculares optativos permitam equilibrar tais proporções, parece que na prática do percurso formativo os discentes acabam sendo afastados particularmente da área de Economia, que dá nome ao curso e deveria, em tese, diferenciá-lo em face de um curso típico da área ambiental ou social. Já no trabalho original dissemos:

Há também utilização relativamente tímida de manuais de Economia. É evidente que parte disso ocorre em função da incompatibilidade natural entre a teoria econômica institucionalmente dominante (neoclássica) e os fundamentos da economia ecológica, mas seria prudente dedicar um pouco mais de tempo ao uso dos manuais: há neles instrumentos muito úteis e benéficos para a compreensão do pensamento econômico em geral e à prática do Economista Ecológico em particular. Contamos para isso com o excelente “Economia Ecológica”⁷, de Herman Daly e Joshua Farley, aclamados economistas ecológicos. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 14)

Já com relação à Antropologia, embora acreditemos que seja comparativamente menos importante na formação do que a área de Economia, o trabalho original fazia o seguinte apontamento:

Pode-se elencar como exemplos [de teorias importantes, mas não abordadas no curso] as Teorias Pós-Desenvolvimento⁸ e o Pensamento Decolonial em geral, ambas formulações utilíssimas para a análise em perspectiva e a contestação dos arranjos do “desenvolvimento sustentável” e dos modelos civilizacional e societário ora vigentes, causadores de graves desequilíbrios ecológicos. Mais importantes ainda são eles quando se deseja examinar práticas produtivas de populações tradicionais/originárias, pois a lente antropológica ganha maior importância nestas situações. Prejudica-se, no fim, a simpatia e a solidariedade com os modos de vida menos hostis ao ambiente natural, já que a pouca bagagem teórica adquirida (há somente uma disciplina antropológica⁹) para compreendê-los é indicativo eloquente da menor importância relativa que lhes é atribuída. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 13-14)

Sobre ambas as áreas, de Antropologia e de Economia, e reafirmando que prevalece no curso um viés marxista, afirmou-se ainda no trabalho:

Só ocasionalmente o estudante chega a contato com tais reflexões, ao passo que o contato com Karl Marx, Robert Kurz, John B. Foster e outros intelectuais marxistas é comparativamente mais frequente. [...] Cabe, portanto, equilibrar melhor a composição e a distribuição dos conteúdos na grade curricular, possivelmente com a criação de disciplinas obrigatórias específicas para oferecer os conteúdos básicos aos quais se concedeu pouca atenção até agora. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 14)

⁷ Traduzido para o português em 2016 pela Editora Annablume.

⁸ Representantes destacados das teorias pós-desenvolvimento incluem Arturo Escobar, Gustavo Esteva, Gilbert Rist, François Partant, Wolfgang Sachs etc. Quanto à teoria decolonial, são nomes importantes os de Walter Dignolo, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel e outros.

⁹ **Antropologia Econômica**, disciplina obrigatória do 1º semestre e pouco recordada posteriormente.

A respeito da diversificação de conteúdos que os parágrafos anteriores parecem recomendar, também foi dada aos participantes a oportunidade de manifestarem suas opiniões.

32,5% acham que os conteúdos das disciplinas nas três áreas (Economia, Sociologia e Antropologia) são restritos e precisam de “grande diversificação”, 56,3% acham que “são restritos, porém necessitam de poucas adições”, 10% que “já são diversificados o suficiente” e 1,2% que “precisam ser menos diversificados”.

Quanto ao aprendizado efetivo em cada dimensão e área, obteve-se as seguintes respostas.

2,5% consideram ter aprendido (ou estar aprendendo) “mais que o suficiente” sobre Economia, 33,8% “o suficiente”, 53,7% “menos que o suficiente” e 10% “praticamente nada”.

10% consideram ter aprendido (ou estar aprendendo) “mais que o suficiente” sobre Sociologia, 43,8% “o suficiente”, 42,5% “menos que o suficiente” e 3,7% “praticamente nada”.

13,8% consideram ter aprendido (ou estar aprendendo) “mais que o suficiente” sobre Meio Ambiente, 68,8% “o suficiente”, 16,2% “menos que o suficiente” e 1,2% “praticamente nada”.

Os dados permitem concluir, portanto, que a sensação de falta de aprendizado no âmbito das Ciências Sociais é bastante sentida em comparação ao aprendizado relacionado a Meio Ambiente, prevalecendo a sensação de pouco aprendizado em Economia.

Isso não chega a ser chocante, afinal a Economia Ecológica é um campo que surge da junção entre Economia e da Ecologia sem, entretanto, se confundir com qualquer dos dois campos. Contudo, há dificuldades e carências aparentes que necessitam ser abordadas e, se novamente confirmadas, corrigidas.

Finalmente, é importante atinar outra vez para o fato de que 31,3% dos participantes creem haver insuficiência de disciplinas nas três áreas (Economia, Sociologia e Antropologia).

Isso sugere que a carga horária optativa livre talvez não esteja cumprindo o seu papel adequadamente, pois mesmo dispondo desse instrumento, uma relevante fração do corpo discente não sente que possui formação apropriada em áreas científicas que compõem a Dimensão Sociedade (DS) e a Dimensão Economia (DE) do PPC.

É possível que incorporar à estrutura curricular algumas disciplinas adicionais nas áreas indicadas seja a maneira de sanar a sensação de falta de aprendizado. Outra opção seria considerar a incorporação de uma estratégia de formação básica intensiva em Ciências Humanas e da Natureza, a ocorrer nos primeiros semestres do curso (*ver próxima subseção*), em benefício do aprendizado posterior na área das Ciências Sociais: uma melhor formação básica possibilitaria um avanço acelerado no aprendizado envolvendo as dimensões Sociedade

e Economia do PPC, assim a mesma carga horária poderia cobrir maior volume de conteúdo.

No mínimo, poderia ser confeccionado um guia para orientar o discente na escolha de sua carga horária livre optativa, para que o faça sem sacrificar a coerência interna de seu percurso formativo, assim dirimindo as dificuldades aqui identificadas.

4.2.7. A ECONOMIA ECOLÓGICA E A FORMAÇÃO BÁSICA EM CIÊNCIAS HUMANAS E DA NATUREZA

Nesta subseção serão reabordados os aspectos referentes à formação básica em Ciências Humanas e Ciências da Natureza, conforme previsto na subseção anterior.

A subseção anterior foi concluída com a sugestão de um possível esforço de formação básica intensiva nos primeiros momentos do curso para preencher as lacunas identificadas em termos de aprendizado em Ciências Sociais. O argumento exposto originalmente era de que:

Pode ser mais vantajoso utilizar o início do curso para aprendizado intensivo¹⁰ de ciências básicas em vez de avançar na capacitação técnica específica. Bem realizado o ciclo básico, com a severidade e exigência benevolentes de um catch up acadêmico, os períodos posteriores da formação poderão transcorrer em ritmo acelerado e com muito melhor aproveitamento. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 15)

A causa de nossa recomendação estava baseada na percepção explicitada no trecho a seguir:

A seleção dos candidatos ao curso é feita através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, cujas provas avaliam os conhecimentos em ciências da natureza: Física, Química, Biologia, entre outras. O curso, por ser opção até o momento pouco prestigiosa (nas métricas socialmente típicas), atrai estudantes que nem sempre acessaram uma boa formação nos níveis fundamental e médio. Como resultado, o domínio de ciências básicas é frequentemente limitado, o que gera entraves à elevação do nível técnico do profissional e desacelera, em sentido indesejável, o ritmo de progressão no aprendizado. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 14)

Questionados, 27,5% dos participantes da pesquisa afirmaram acreditar que chegaram à faculdade com uma base “muito boa” em Ciências Humanas (Geografia, História e Sociologia), 45% com uma base “suficientemente boa”, 26,3% com uma base “insuficiente” e 1,2% “totalmente sem base”.

Já com relação às Ciências da Natureza (Física, Biologia e Química), 11,3% acreditam

¹⁰ Temos em mente os “ciclos básicos” comuns nos cursos de Engenharia, em que o ferramental básico nas áreas de Computação, Matemática, Física, Química etc. é ministrado entre o 1º e o 4º Semestres. O ciclo básico do interessante curso de Ciências Moleculares da Universidade de São Paulo também serve de inspiração. Finalmente, as “Grande Écoles” francesas possuem sistemas de formação preparatória instigantes, de onde é possível extrair inspirações.

que chegaram à faculdade com uma base “muito boa”, 38,8% com uma base “suficientemente boa”, 47,5% com uma base “insuficiente” e 1,2% “totalmente sem base”.

Complementarmente, os participantes também foram inquiridos a respeito de sua base em Matemática ao chegarem à faculdade. 16,3% acreditam que chegaram à faculdade com uma base “muito boa”, 37,5% com uma base “suficientemente boa”, 33,8% com uma base “insuficiente” e 12,5% “totalmente sem base”.

Reunindo as informações, conclui-se que 72,5% expressaram satisfação com sua base inicial em Ciências Humanas, enquanto para as Ciências da Natureza só 50,1% expressaram a mesma satisfação. Os que consideraram sua base inicial em Ciências Humanas “insuficiente” ou “totalmente sem base” somam 27,5%, ao passo que para as Ciências da Natureza a fração é de 48,7%.

Não só os participantes creem que sua base em Ciências da Natureza é significativamente menos sólida que a de Ciências Humanas, como chama a atenção o salto na categoria “totalmente sem base”: a diferença é de 10%, o que é grave, pois o curso de Economia Ecológica tem como disciplinas básicas elementares justamente as Ciências da Natureza, seguidas pelas Ciências Humanas. Além disso, a fração dos que se sentem muito autoconfiantes com sua base em Ciências da Natureza é reduzida em relação às Humanas.

Também é relevante observar que quase metade acredita ter base insuficiente em Matemática. Esse é um problema generalizado da educação básica brasileira¹¹, mas não se pode nunca perder de vista que, em um curso que pode requerer (e certas áreas de esforço científico de fato requerem!) ferramentas de modelagem, previsão etc., o pouco domínio dessa disciplina pode atrapalhar e mesmo impedir a progressão no aprendizado.

Não cremos ser possível afirmar se esse fato, essa formação básica possivelmente deficiente, tem produzido consequências negativas e funcionado como gargalo no aprendizado e na progressão discente no curso. Seria preciso examinar um conjunto de dados mais abrangente, como taxas de reprovação comparadas entre disciplinas em que prevalecem as Ciências Humanas e aquelas nas quais predominam as Ciências da Natureza.

Pode-se afirmar, entretanto, e era este o argumento do trabalho original, que provavelmente haveria ganho se os discentes dedicassem os esforços dos primeiros semestres do curso à aquisição e ao domínio de conteúdos mais básicos, permitindo que em seguida o ritmo do aprendizado aprofundado, dependente da formação básica, pudesse avançar em passo

¹¹ Vide reportagem “95% dos alunos [*das escolas públicas*] saem do ensino médio sem conhecimento adequado em Matemática”, da Revista Exame, citando apuração do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) de 2019. Ver indicação completa nas referências do presente trabalho.

acelerado.

Finalmente, perguntados se o curso deveria focar mais em conteúdos básicos nos primeiros períodos, 36,3% afirmaram que é “fundamental”, 41,2% afirmaram que “talvez fosse bom” e 22,5% que “não há necessidade, é melhor do jeito que está hoje”.

Mais de três quartos dos participantes, portanto, têm alguma simpatia pela ideia que aqui nomeamos “ciclo básico intensivo”, e dessa fração, quase metade crê que o investimento na formação básica é fundamental. Consideramos, portanto, que o argumento do trabalho original foi confirmado pelos participantes da pesquisa.

4.2.8. A INSERÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAIS DO ECONOMISTA ECOLÓGICO

O trabalho original incluiu comentários acerca das dificuldades enfrentadas pelo insurgente profissional Economista Ecológico diante do mundo laboral contemporâneo.

As observações se ativeram apenas:

- i) à situação da representação em conselho profissional, pois àquela altura o Economista Ecológico não possuía o direito implementado de se associar a qualquer entidade representativa específica;
- ii) às dificuldades enfrentadas na busca por postos de trabalho no mercado privado, no setor público e no terceiro setor.

Nos termos utilizados à época:

Entidades representativas, conselhos profissionais e afins surgem como resultado da organização coletiva de pessoas exercendo atividades idênticas ou muito semelhantes. Como se trata de um curso novo e recente, é natural que não haja ainda representação oficial. É importante, em todo caso, que sejam buscadas as primeiras alianças e construídas todas as pontes possíveis com atividades mais consolidadas. [...] Por ora, é importante estabelecer todas as compatibilidades possíveis com as áreas afins. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 15; adaptado)

O profissional de Economia Ecológica também encontra resistências na competição por vagas de estágio e de trabalho: sem reputação constituída junto ao setor privado e em geral excluído das habilitações aceitas em concursos públicos de nível superior, faltam as oportunidades para demonstrar e aplicar as habilidades adquiridas. É preciso informar as instituições públicas acerca de nossa existência, bem como organizar ações de divulgação junto a empresas privadas e a instituições do terceiro setor que guardem pontos de compatibilidade com a formação delineada no PPC, clarificando que a interdisciplinaridade não significa dispersão nem falta de foco, e sim um tipo particular e bastante útil de competência profissional. (CASTRO; GAMARRA-ROJAS, 2021, p. 16)

Não muito tempo após a apresentação da primeira versão do trabalho no XIV Encontro

da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (2021), o Conselho Federal de Economia – COFECON emitiu, em 1 de dezembro de 2021, a Resolução nº 2.095¹², que autoriza e disciplina o registro profissional dos formados em cursos de Economia Ecológica. Os egressos passaram a dispor de todas as prerrogativas, direitos e atribuições descritos no documento, mediante registro junto ao respectivo Conselho Regional de Economia (em nosso caso, CORECON – CE).

Foi uma conquista importante para os profissionais egressos, e a coletividade do curso creditou essa realização aos esforços do Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira, que fez do registro profissional uma das metas inegociáveis de seu período à frente da Coordenação do Curso – e felizmente conseguiu alcançá-la. Aproveitando a oportunidade, o autor e o orientador deste trabalho reafirmam o agradecimento incluído na segunda versão do artigo, encaminhada para publicação no Volume 35 da *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, em Edição Especial organizada com os “melhores trabalhos” apresentados no XIV Encontro Nacional da SBEE/ECOECO.

Apesar de ser um passo importante, os Conselhos de Economia não têm condições de incorporar o Economista Ecológico acolhendo todos os princípios e características delineadas pelo Projeto Pedagógico do Curso. Um profissional de tipo novo tenderá a requerer uma entidade representativa igualmente nova, adequada aos propósitos que levaram à sua insurgência em primeiro lugar. É provável que os egressos se reúnam e, aos poucos, estabeleçam de si e para si uma nova entidade representativa.

Com relação à situação junto ao mundo do trabalho, o cenário não sofreu alterações de exagerada relevância. Um acontecimento, entretanto, brindou a todos os egressos com uma primeira conquista – indicativa de que há e haverá ventos favoráveis durante os anos vindouros.

Em março de 2022, representantes da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), autarquia vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), reuniram-se com o Deputado Estadual Renato Roseno e representantes de vários cursos da Universidade Federal do Ceará (UFC), dentre eles o Curso de Graduação em Economia Ecológica (BRITO, 2022).

O intuito da reunião era requerer a inclusão desses cursos nas habilitações profissionais previstas pelo edital do iminente concurso público da SEMACE. O requerimento foi acolhido e um processo específico foi incluído à pauta enviada à Secretaria de Planejamento (SEPLAG). Em 10 de maio de 2022 (p. 1), o Diário Oficial do Estado do Ceará incorporou, sob a forma da

¹² Íntegra da Resolução: <http://cofecon.org.br/transparencia/files/normas/Res/2021/Res2021-2095.pdf>

Lei Nº 18.061, Anexo I, o termo “Economia Ecológica” à lista de qualificações exigidas para as carreiras de Fiscal Ambiental e de Gestor Ambiental.¹³

Para a consolidação inequívoca dessa conquista, está sendo aguardada a publicação do edital referente ao concurso. O Economista Ecológico terá sido então, pela primeira vez, incluído explicitamente em edital de concurso público estadual, o que representará um importante precedente em quaisquer outros concursos que se seguirem em áreas afins.

São essas as concretudes mais importantes para descrever o cenário atual: houve conquistas de relevo e há sinalizações positivas para o futuro, mas o caminho permanece muito incerto e cheio de percalços. As respostas à seção do questionário dedicada aos temas da inserção e da atuação profissionais do Economista Ecológico vêm complementar, na presente subseção, a descrição da situação atual e das expectativas em torno dela.

27,5% dos participantes acreditam que sairão do curso com “plena capacidade” para trabalhar na área, 51,2% acreditam que sairão com “capacidade limitada”, 15% que “não sairão capacitados, mas poderão se capacitar no trabalho” e 6,3% que “não terão capacidade de exercer a profissão”.

10% acreditam que “há muitos postos” de trabalho para o formado em Economia Ecológica, enquanto 22,5% acreditam que “há um número razoável de postos”, 51,2% que “quase não há postos” e 16,2% que “não há postos de jeito nenhum”.

60% acreditam que o profissional ECOECO está em “grande desvantagem” em relação aos demais profissionais das áreas ambiental, social e econômica; 26,3% que está em “pequena desvantagem”, 6,3% que está em “pequena vantagem” e 7,5% que “está em grande vantagem”.

67,5% prefeririam trabalhar no setor público, 20% no setor privado e 12,5% no terceiro setor.

48,8% acham que a carga horária optativa deveria “com certeza” ser utilizada para capacitação profissional direcionada, enquanto 41,2% “preferem escolher livremente” e 10% “não conseguem opinar”.

De tudo isso, depreende-se em primeiro lugar que há alguma insegurança com relação à capacidade de exercer a profissão. É claro que tais inseguranças são, em parte, devidas ao fato de que muitos dos participantes são jovens, estão em período de formação ou são recém chegados ao mundo do trabalho. Mas 46 entre os 80 são egressos ou estão no último ano de curso, de sorte que apenas a insegurança natural dessa etapa da vida não parece explicação suficiente.

¹³ A íntegra do caderno do Diário Oficial está disponível em:
<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20220510/do20220510p01.pdf>

Acreditamos que a pouca nitidez sobre quem é e sobre o que faz o Economista Ecológico, aliada às limitações e até aos problemas práticos já identificados ao longo do presente trabalho, está projetando uma nuvem de incertezas e de inseguranças sobre os egressos ou quase egressos, a ponto de que a maioria pense que não há postos de trabalho passíveis de serem ocupados. E que, mesmo onde os postos existirem, o Economista Ecológico estará em grande desvantagem quando em face de outros profissionais de áreas correlatas.

Talvez por isso mesmo a predileção de trabalho recaia sobre o setor público: os planos de carreira, a estabilidade e a remuneração às vezes atrativa sinalizam possibilidades de vida e de sucesso que o(a) Economista Ecológico(a) pode não estar vislumbrando no mundo do trabalho corporativo ou no terceiro setor – seja como empregado, seja como iniciador de atividades laborais autônomas.

O terceiro setor, aliás, por sua flexibilidade inerente, talvez devesse ser a perspectiva mais naturalmente atrativa para os egressos, mas está, ao contrário, abaixo até da atuação na iniciativa privada. Cabe perguntar: por que um profissional de perfil tão inovador e tão cheio de possibilidades está prevendo para si caminhos tão conservadores e restritos?

Seja como for, as respostas ao questionário não deixam dúvidas sobre a necessidade de aprofundar a discussão das possibilidades e das oportunidades profissionais para o Economista Ecológico. O resultado da questão sobre utilização da carga horária optativa para capacitação profissional direcionada é inconclusivo, o que sugere que não há opiniões consolidadas a respeito dos caminhos a adotar.

É importante reconhecer que, a esse respeito, o corpo docente e a Coordenação do Curso estão em sintonia com as preocupações de egressos e de discentes: no atual semestre de 2022.1 foi iniciada uma série de Seminários Profissionais cujo intuito é refletir sobre questões como as aqui colocadas. Dois deles já ocorreram e parecem ter sido considerados proveitosos pelos discentes, embora sejam apenas pequenos passos auxiliares para a autorreflexão dos envolvidos no curso.

Perguntados, 60% dos participantes da pesquisa disseram acreditar que “os docentes do curso” têm a obrigação moral de agir para criar oportunidades de estudo/trabalho para os egressos, enquanto 23,7% disseram acreditar que “somente os Coordenadores do Curso” têm essa obrigação e 16,2% que os docentes “não tem obrigação nesse sentido”.

Similarmente, 52,2% acreditam que “os docentes do curso” têm obrigação funcional de agir para criar oportunidades de estudo/trabalho para os egressos, enquanto 31,3% acreditam que “somente os Coordenadores do Curso” têm essa obrigação e 16,2% que os docentes “não têm obrigação nesse sentido”.

A opinião majoritária, portanto, é de que pesa sim sobre os ombros docentes, Coordenadores de Curso ou não, a responsabilidade moral e funcional sobre as oportunidades de atuação do(a) Economista Ecológico(a), existentes ou não. Fundar um curso demanda coragem e ousadia, mas também prudência e compromisso, e não se pode chamar impunemente um conjunto de pessoas jovens a um esforço conjunto para, em seguida, abandoná-las às suas próprias forças. Pelo menos não sem antes investir nelas todos os esforços e sacrifícios necessários e possíveis.

O cenário atual não depõe de maneira ostensiva contra a postura dos docentes, mas a mensagem dos egressos e dos discentes é inequívoca: as preocupações existem e são severas; acredita-se que a responsabilidade cabe em grande medida aos docentes; e é preciso levar em conta os aspectos dificultosos do caminho, discuti-los abertamente e generosamente, sobretudo dando voz ativa e poder decisório aos egressos e aos discentes ativos, de modo real e não apenas protocolar.

Quanto aos egressos e aos discentes, é preciso que também mantenham a consciência de que parte do esforço realizador cabe diretamente, e de modo intransferível, àqueles que escolheram tomar parte no esforço de construção do curso de Economia Ecológica e do profissional Economista Ecológico. Em última instância, o florescimento do(a) Economista Ecológico(a) é obra a ser realizada pela coletividade dos formados: docentes e profissionais simpáticos são facilitadores apenas.

Finalmente, entre os pesquisados 35% acreditam que docentes e discentes estão “todos agindo corretamente” para criar oportunidades de trabalho para os egressos, enquanto 7,5% acreditam que “somente os docentes estão agindo corretamente”, 23,8% que “somente os discentes estão agindo corretamente” e 33,8% que “ninguém está agindo corretamente”.

A prevalência de opiniões polarizadas, tendendo a colocar sobre os docentes o peso de uma condução inapropriada dessas questões, sugere no mínimo que o diálogo não vem sendo travado com a abertura e a clareza necessárias. É preciso cuidar para que haja discussão, colaboração e esforço conjunto – antes que seja criado o espaço para a discórdia, o ressentimento e o arrependimento, que a nenhum de nós beneficia, senão aos adversários e algozes da Economia Ecológica (o campo, o curso e também o profissional).

Conforme nos disse Fábio Sobral¹⁴, docente fundador do Curso de Graduação em

¹⁴ Graduado em Ciências Econômicas (1995) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Filosofia pela mesma UFC (2003) e Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2008). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Ceará nos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Economia Ecológica, bem como do mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA UFC.

Economia Ecológica, em evento recente: “Criamos o curso e registramos o profissional: resta a tarefa de defini-los.”

Que a tarefa seja aceita e enfrentada com a seriedade de uma missão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As muitas seções de aferição de opiniões desta pesquisa, organizadas através do questionário estruturado, objetivaram examinar, sob o ponto de vista dos egressos e do corpo discente ativo do Curso de Graduação em Economia Ecológica, os pontos principais da argumentação que o autor havia formulado em trabalho anterior, toda ela baseada em experiência, observação e análise diretas.

O que motivou esse esforço foi a sensação, agora confirmada de modo mais geral por outros estudantes, de que a perspectiva discente vem sendo pouco considerada nos processos de autoconhecimento e de decisão no âmbito do curso.

Conforme seção 4.1.2. do presente trabalho, a opinião majoritária entre egressos e discentes é de que é indispensável falar sobre os desafios do curso, mas de que o diálogo e a apuração têm sido insuficientes. Os discentes não se sentem ouvidos o bastante e creem exercer pouca influência sobre os rumos do curso, o que gera incômodo, pois a maioria absoluta acredita que os alunos se beneficiariam muito se tivessem voz mais ativa nos processos decisórios.

Como detalhe grave, quase metade dos participantes acredita que os alunos são mal orientados acerca de como aproveitar o curso (obrigatório e optativo), ao passo que menos de um décimo afirma que a orientação é excelente e não carece de guiamiento adicional.

A respeito da interdisciplinaridade do curso, concluiu-se na subseção 4.2.2. que os apontamentos originais do trabalho estavam consoantes à percepção discente: a interdisciplinaridade é benéfica ao aprendizado, mas sua concretização no curso ainda é questionável; as dificuldades na concretização do caráter epistêmico e pedagógico do curso têm a ver com conflitos institucionais no interior da universidade, em particular com o Centro de Ciências Agrárias (CCA).

Acerca da capacidade de distinção conceitual do Economista Ecológico, concluiu-se na subseção 4.2.3. que a autopercepção discente não inclui dificuldades para a leitura, interpretação e escrita de textos, o que havíamos associado a uma possível dificuldade dos estudantes no manejo de conceitos teóricos abstratos. Com a ressalva de que, neste caso, a autopercepção não é suficiente e as considerações por parte dos docentes são necessárias, concluiu-se que o apontamento do trabalho original a esse respeito não estava consoante à (auto)percepção discente.

Sobre a estrutura curricular atual do curso, concluiu-se na subseção 4.2.4. que os apontamentos do trabalho original estavam apropriados e consoantes à percepção discente, uma vez que a estrutura do curso foi geralmente considerada boa, mas carente de ajustes e de correções nas áreas previstas originalmente: formação específica em Economia e formação

básica, sobretudo em Ciências da Natureza.

A respeito da postura dos docentes do curso, confirmaram-se na subseção 4.2.5. as percepções de que há uma parcialidade teórica e uma prevalência de pontos de vista específicos e vinculados às convicções pessoais dos docentes. Confirmou-se também o apontamento de que não há problemas éticos ou grandes prejuízos formativos advindos dessa parcialidade: a urgência verdadeira é que os discentes tenham acesso a outras perspectivas e que as características do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) sejam concretizadas no percurso formativo de todos os discentes. Isso provavelmente seria feito recorrendo ao direcionamento ativo da carga horária optativa, mas também é possível fazê-lo mediante reformulação da estrutura curricular (que, concluiu-se finalmente, não demanda alterações radicais, apenas aprimoramento na direção dos princípios já estabelecidos hoje).

Acerca da formação básica em Economia, Sociologia e Antropologia, concluiu-se na subseção 4.2.6. que há lacunas de aprendizado na Dimensão Sociedade (DS) e sobretudo na Dimensão Economia (DE) previstas no PPC. O trabalho original havia apontado essa situação exata, tendo sido confirmado e reforçado. As respostas ao questionário indicaram que a carga horária optativa pode não estar cumprindo adequadamente seu papel, e que a liberdade do currículo, desacompanhada de orientação apropriada para dar coerência aos percursos formativos individuais, pode estar descaracterizando a proposta pedagógica do PPC. Como solução, aventou-se a incorporação de disciplinas adicionais nas áreas indicadas ou a incorporação de estratégia de formação básica intensiva em Ciências Humanas e da Natureza (com vistas a potencializar o aprendizado posterior). Como medida mínima, sugeriu-se a confecção de um guia para orientar o discente na escolha de sua carga horária livre optativa.

Sobre a formação básica em Ciências Humanas e da Natureza, concluiu-se na subseção 4.2.7. que os apontamentos do trabalho original estavam apropriados e consoantes à percepção discente, pois os resultados indicaram autopercepção de “base insuficiente” entre alunos, principalmente em Ciências da Natureza. Considera-se, portanto, que a sugestão de incorporação de um ciclo básico de formação intensiva para otimizar o aprendizado ganhou solidez a partir das respostas ao questionário.

Finalmente, a respeito das condições para inserção laboral e atuação profissional do Economista Ecológico, concluiu-se na seção 4.2.8. que há insegurança com relação à capacidade de exercer a profissão. As causas elencadas dessa situação foram a incerteza sobre o que é e o que faz o profissional ECOECO e também as dificuldades anteriormente identificadas no percurso de formação. Chamou-se a atenção, particularmente, para as predileções aparentemente restritas e conservadoras dos discentes em termo de trabalho

almejado, o que foi considerado uma surpresa, posto que os perfis do curso e do profissional são inovadores e ousados. Por fim, foi enfatizada a necessidade de que o diálogo a respeito das dificuldades do curso e do profissional seja travado com maior clareza e abertura, assim como foram reafirmadas as responsabilidades docentes e discentes em torno dessa discussão e da ação que dela se origine.

Quanto às hipóteses da pesquisa, considera-se que a participação de egressos e de discentes foi bastante significativa. Mesmo em tempo exíguo e respondendo a um questionário extenso, em uma população de 214 pessoas, obteve-se resposta de 80 pessoas, com grande representação dos egressos (17 entre 24), fração mais importante da população. Isso leva a crer que as hipóteses foram confirmadas, pois houve engajamento para produzir uma leitura discente independente acerca do estado de coisas no curso de Economia Ecológica, e houve confirmação de que há necessidade de orientar melhor os discentes para que aproveitem devidamente o percurso formativo. Espera-se, por fim, que a organização dessas percepções cumpra o papel de auxiliar eventuais esforços de aprimoramento e de reformulação do curso, cumprindo assim a última hipótese da pesquisa.

Quanto aos objetivos da pesquisa, considera-se que foram realizados a contento. Está cumprido o objetivo geral de estabelecer uma avaliação de aspectos gerais do curso sob o ponto de vista discente, restando somente encaminhar um conjunto de providências a tomar (ou passos seguintes a caminhar).

Em nossa visão, são elas:

- i) a reativação imediata da discussão acerca das preocupações compartilhadas pelo corpo discente. A presente atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso é considerada insuficiente e imprópria, uma vez que a maioria absoluta dos discentes crê que não tem havido suficiente diálogo e apuração a respeito das dificuldades do curso e do profissional. Sugere-se a implementação de outro espaço oficial de discussão e decisão, no qual seja facultado ao corpo discente encaminhar legitimamente as demandas de alteração no curso;
- ii) a confecção de um documento narrativo sobre a história e os desafios do curso, peça considerada indispensável para divulgação e criação de oportunidades para os egressos e discentes ativos. Também foi considerada indispensável a participação de ao menos um discente neste esforço;
- iii) a confecção de um guia com escolhas/rotas alternativas de como utilizar a carga horária optativa prevista na estrutura curricular vigente para o curso de

Economia Ecológica, com o fim de evitar a perda da coerência e da coesão formativa individual;

- iv) a convocação oficial ao primeiro esforço coletivo de reformulação da estrutura curricular, com o fim de sanar os problemas formativos identificados, sobretudo a comprovada lacuna no aprendizado na área de Economia e a formação de base possivelmente insuficiente.

Quanto aos objetivos específicos, considera-se que também foram realizados a contento. Eles propunham verificar, sob a perspectiva discente, se tem havido discussão e ação coletiva informada em torno dos desafios do curso, e isso foi feito. Propunham também avaliar a formação acadêmica oferecida e as condições de inserção/atuação profissionais, e isso foi feito.

Reitere-se que, embora o presente trabalho tenha concluído que o Curso de Graduação em Economia Ecológica não necessita de mudanças **radicais**, todas as medidas acima são consideradas **urgentes**, conforme argumentação nas múltiplas seções e subseções anteriores. Ignorá-las ou diminuir sua importância seria desprezar a agora bem estabelecida opinião discente acerca dos caminhos e descaminhos do curso e do profissional Economista Ecológico. Seria fazer pouco caso do pensar e do querer dos principais implicados pela empreitada do curso: aqueles que nele e por ele estão ou logo estarão formados!

Quanto ao futuro, resta averiguar se as percepções identificadas na subseção 4.1.5., concernente ao “Futuro da Realidade Ambiental e do Economista Ecológico”, se confirmarão ou não. Haverá ocasião de revisitá-las: no futuro tornado presente, onde seremos e permaneceremos Economistas Ecológico(as).

Acima de tudo, é importante concluir lembrando que o trabalho original que deu origem à presente monografia foi escrito na forma de relato pessoal, delineando observações e análises individuais de um único discente. A maior parte dos apontamentos foi confirmada, com importantes consequências previstas para os rumos do curso (desde que sejam acolhidas e acatadas pelas autoridades acadêmicas responsáveis).

É uma demonstração clara de que, mais do que o zelo por formatos típicos e pelas hierarquias de valor (de pesquisadores e do próprio conhecimento) interiores à academia, é preciso sustentar o zelo pela inteligência humana e pela sua potência de perceber a realidade, de dizê-la apropriadamente e de dar forma clara àquilo que está, não raro, apenas insinuado em pensamentos não verbalizados e/ou ocultado sob temores inconfessáveis.

Espera-se que o presente trabalho possa legitimar e empoderar as vozes discentes conforme lhes é devido. Não há boa razão para seguir reproduzindo na Economia Ecológica os

maus hábitos de uma academia que tem, paradoxalmente, muito o que aprender sobre aspectos elementares da vida comum – e inclusive sobre a vida intelectual séria, frequentemente negligenciada em função de disputas menores, mundanas, imediatistas e quase sempre infrutíferas.

Há muitas posturas estupidificantes das quais abrir mão. Há muitas hierarquias tolas e indevidas a desnudar. Há muitos rituais de humilhação, pequenos e grandes, a expor e a eliminar da (con)vivência acadêmica cotidiana.

Possa o espaço da Economia Ecológica ser pioneiro em abandonar tais posturas, como tem sido pioneiro em tantos outros aspectos positivos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Caixeta de. Uma Iniciativa Para Ser Apreciada e Reproduzida: notas sobre o Curso de Graduação Bacharelado em Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará (UFC). In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, vol. 39, p. 20-25, 2016. Disponível em: <<http://ecoeco.org.br/wp-content/uploads/2018/08/BOLETIMecoeco36final-1.pdf>>. Acesso em: 27/06/2022.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia Sagrada: traduzida em português por João Ferreira de Almeida**. 2ª ed. Revista e Atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988, 1993.

BRITO, Ana Luzia. Concurso Semace: autarquia se reúne com representantes da UFC e da Assembleia Legislativa. **Portal da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)**, 17 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.abema.org.br/abema/representacoes-da-abema/800-gt-assessores-de-gabinete>>. Acesso em: 23/07/2022.

CASTRO, Gabriel Afonso Fernandes de; ROJAS, Guillermo Gamarra. Desafios e Perspectivas da Formação e Profissionalização do Economista Ecológico: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC). In: **Anais dos Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Anais...Itabuna (BA) Online, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ecoeco2021/395352-DESAFIOS-E-PERSPECTIVAS-DA-FORMACAO-E-PROFISSIONALIZACAO-DO-ECONOMISTA-ECOLOGICO_-O-CASO-DA-UNIVERSIDADE-FEDERAL>. Acesso em: 09/06/2022.

CRUPPE, Marizilda. Brasil tem o primeiro curso de Economia Ecológica do mundo. **Projeto Colabora**, 17 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods15/brasil-tem-o-primeiro-curso-de-economia-ecologica-do-mundo/?amp=1>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. “95% dos alunos saem do Ensino Médio sem conhecimento adequado em Matemática”. **Revista Exame**, 24 de fevereiro de 2021. Brasil. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/95-dos-alunos-saem-do-ensino-medio-sem-conhecimento-adequado-em-matematica/>>. Acesso em: 23/07/2021.

FISHER, Walter. **Human Communication as Narration: toward a philosophy of reason, value, and action**. Columbia: University of South Carolina Press, 1987. 216p. Disponível em: <<https://pt.3lib.net/book/859348/3bc4c6>>. Acesso em: 9 de junho de 2022.

_____. The Narrative Paradigm: an elaboration. **Communication Monographs**, v. 52, n. 4, p. 347–367. Disponível em: doi:10.1080/03637758509376117. Acesso em: 9 de junho de 2022.

GRIFFIN, Emory; LEDBETTER, Andrew; SPARKS, Glenn. **A First Look at Communication Theory**. 10 ed. New York: McGraw-Hill Education, 2019. 557p. Disponível em: <<https://pt.3lib.net/book/5004050/f2cca7>>. Acesso em: 9 de junho de 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310p. Disponível em:

<https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 9 de junho de 2022.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe: com notas de Napoleão I e Cristina da Suécia.**

Tradução de Mário e Celestino da Silva. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

160p. **URL:**

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573552/001143485_O_principe.pdf?sequence=8&isAllowed=y>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. O Projeto do Curso de Economia Ecológica da UFC: da elaboração ao acolhimento institucional. In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, vol. 39, p. 5-19, 2016. Disponível em:

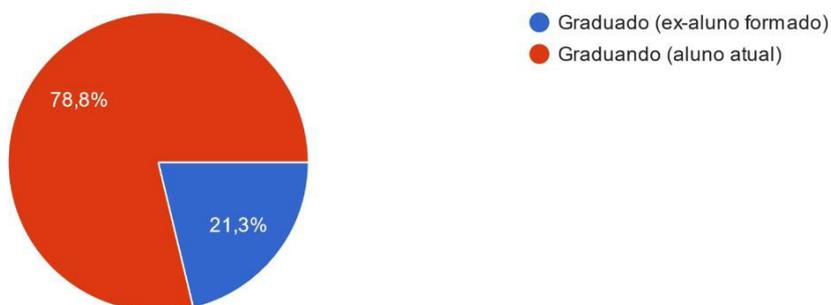
<<http://ecoeco.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/BOLETIMecoeco36final-1.pdf>>. Acesso em: 27/06/2022.

APÊNDICE A – REPRESENTAÇÃO VISUAL DO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO APLICADO AOS EGRESSOS & DISCENTES (INCLUI RESPOSTAS)

SEÇÃO A – PERFIL DO ENTREVISTADO

Imagem 1 – Pergunta 1

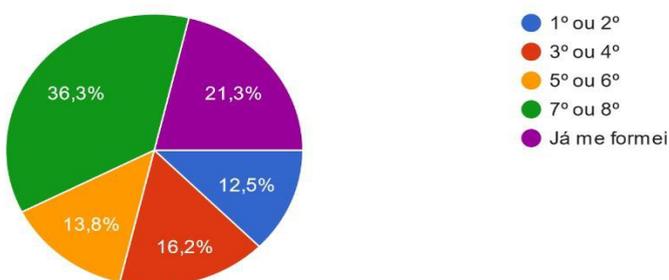
Você é:
80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 2 – Pergunta 2

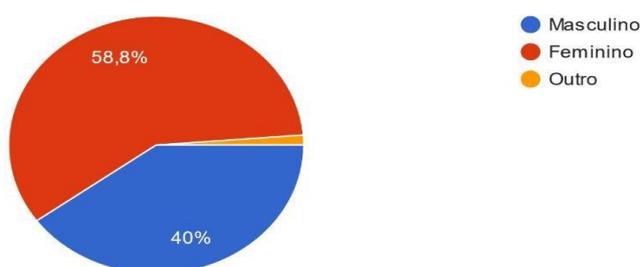
Você está no período:
80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 3 – Pergunta 3

Seu gênero é:
80 respostas

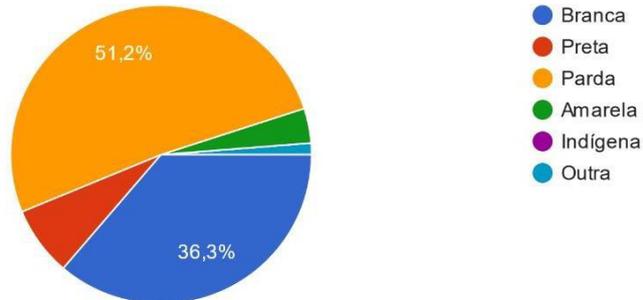


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 4 – Pergunta 4

Sua etnia/cor de pele é:

80 respostas

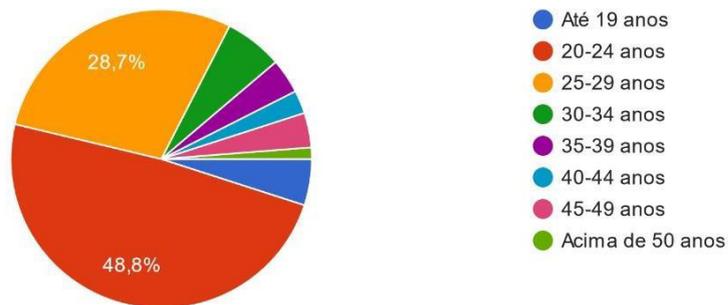


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 5 – Pergunta 5

Sua faixa etária é:

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 6 – Pergunta 6

Você teve formação anterior à de Economista Ecológico(a)?

80 respostas

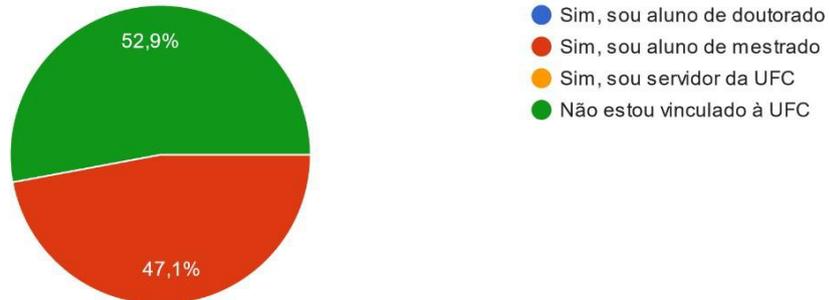


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 7 – Pergunta 7

Você continua vinculado oficialmente à UFC?

17 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 8 – Pergunta 8

Você está vinculado a outra instituição de ensino superior (que não a UFC)?

80 respostas

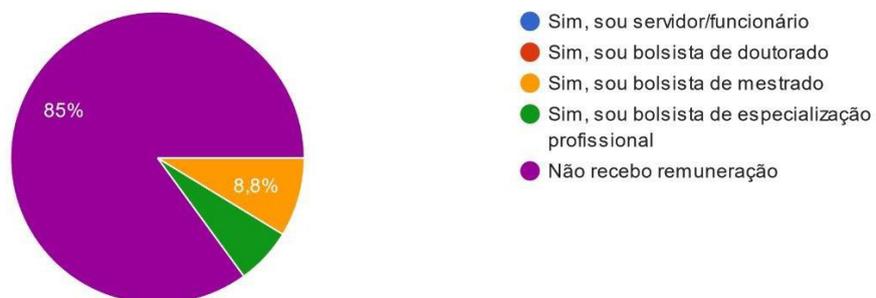


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 9 – Pergunta 9

Você recebe remuneração da UFC ou de outra instituição de ensino superior?

80 respostas

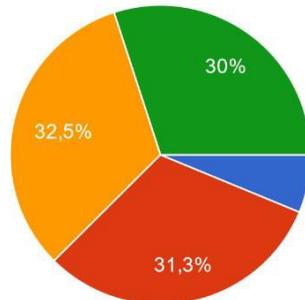


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 10 – Pergunta 10

Você está empregado ou conseguindo trabalhar?

80 respostas



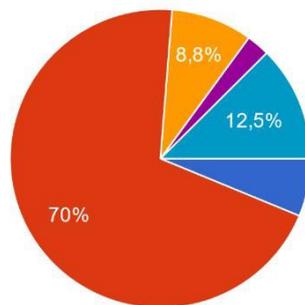
- Sim, trabalho na área de formação ECOECO
- Sim, trabalho em área diferente da formação ECOECO
- Estou desempregado e buscando ocupação
- Não quero/preciso trabalhar no momento

Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 11 – Pergunta 11

Você continua estudando/trabalhando diretamente ou indiretamente com Economia Ecológica?

80 respostas



- Sim, estudando e trabalhando diretamente
- Sim, apenas estudando diretamente
- Sim, apenas estudando indiretamente
- Sim, apenas trabalhando diretamente
- Sim, apenas trabalhando indiretamente
- Nem estudo e nem trabalho direta ou indiretamente

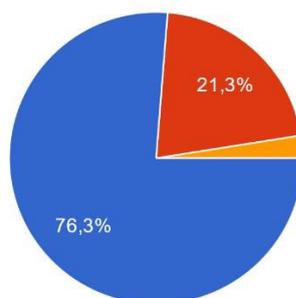
Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

SEÇÃO B – PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Imagem 12 – Pergunta 12

Você acha relevante contar a história do curso de ECOECO?

80 respostas



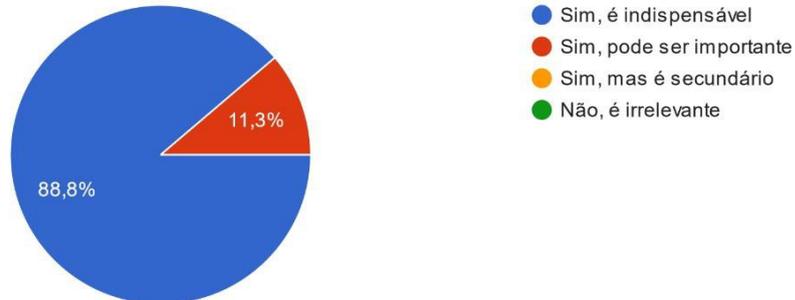
- Sim, é indispensável
- Sim, pode ser importante
- Sim, mas é apenas um bônus
- Não, é irrelevante

Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 13 – Pergunta 13

Você acha relevante falar dos desafios presentes e futuros do curso de ECOECO?

80 respostas

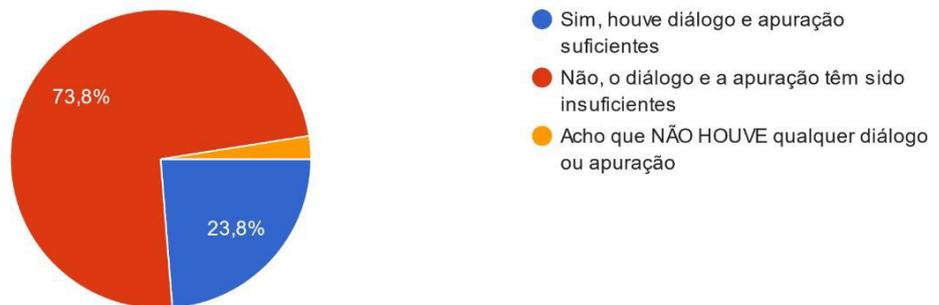


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 14 – Pergunta 14

Você acha que houve diálogo e apuração suficientes sobre os desafios presentes e futuros do CURSO DE ECOECO?

80 respostas

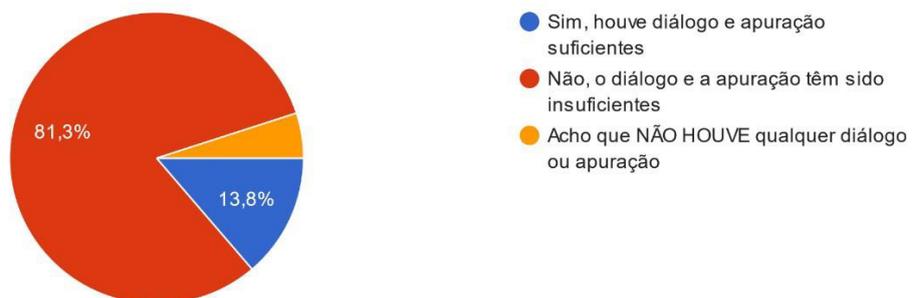


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 15 – Pergunta 15

Você acha que houve diálogo e apuração suficientes sobre os desafios presentes e futuros do PROFISSIONAL ECOECO?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 16 – Pergunta 16

Você acha que os alunos e os egressos têm sido ouvidos a respeito dos desafios do curso?

80 respostas

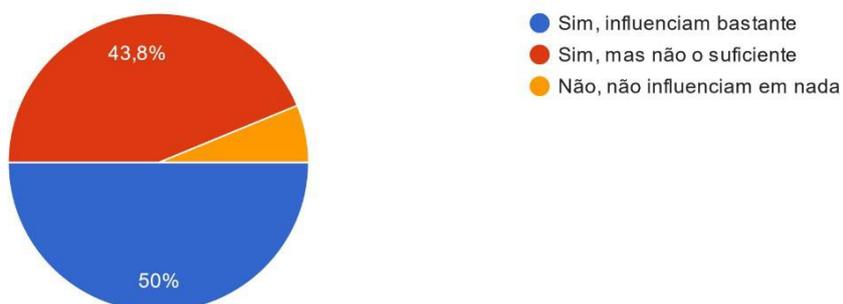


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 17 – Pergunta 17

Você acha que os alunos vêm influenciando diretamente os rumos do curso?

80 respostas

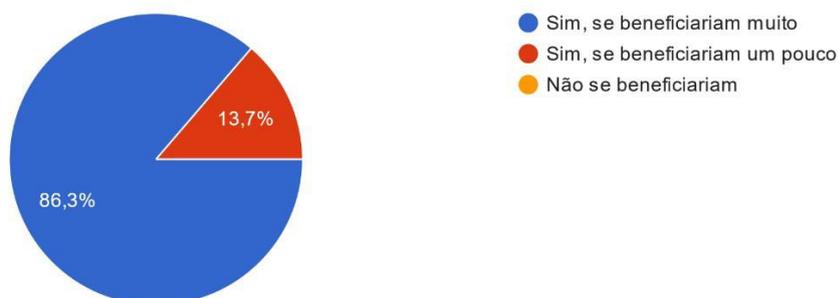


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 18 – Pergunta 18

Você acha que os alunos se beneficiariam se tivessem mais voz ativa nos rumos do curso?

80 respostas

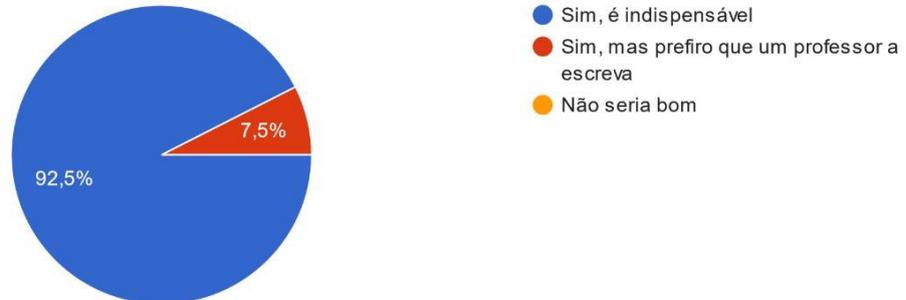


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 19 – Pergunta 19

Você acha que seria bom um aluno ajudar a escrever sobre a história e os desafios do curso?

80 respostas

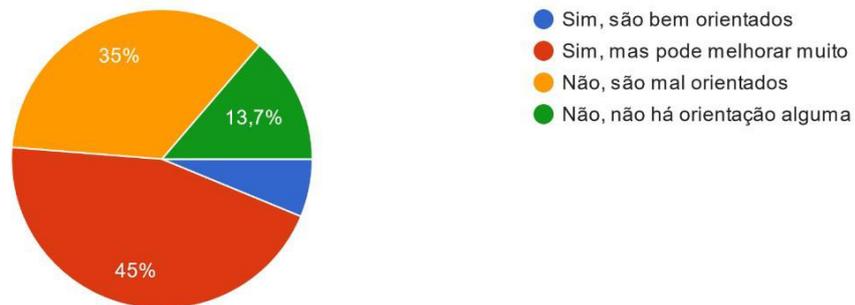


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 20 – Pergunta 20

Você acha que os alunos são bem orientados sobre como aproveitar o curso (obrigatório e optativo)?

80 respostas

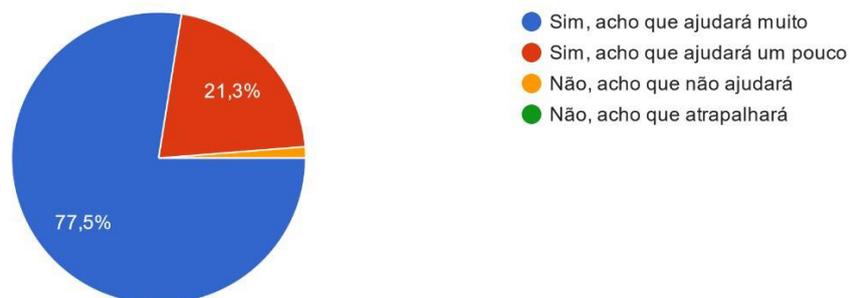


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 21 – Pergunta 21

Você acha que uma história do curso e de seus desafios ajudará a divulgar e a criar oportunidades para os(as) Economistas Ecológico(as)?

80 respostas



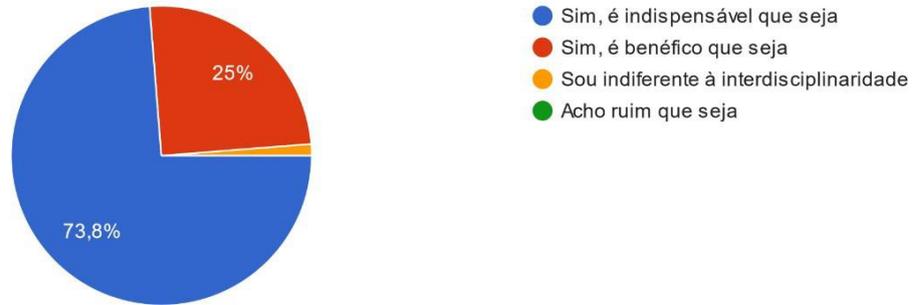
Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

SEÇÃO C – A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO ECONOMISTA ECOLÓGICO

Imagem 22 – Pergunta 22

Você acha interessante que o curso ECOECO procure ser interdisciplinar?

80 respostas

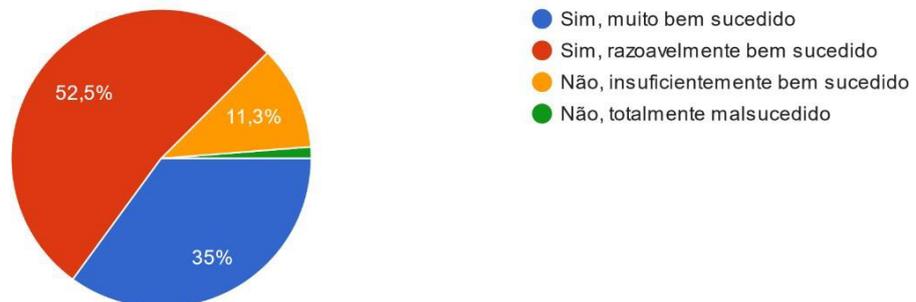


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 23 – Pergunta 23

Você acha que o curso ECOECO é bem sucedido em ser interdisciplinar?

80 respostas

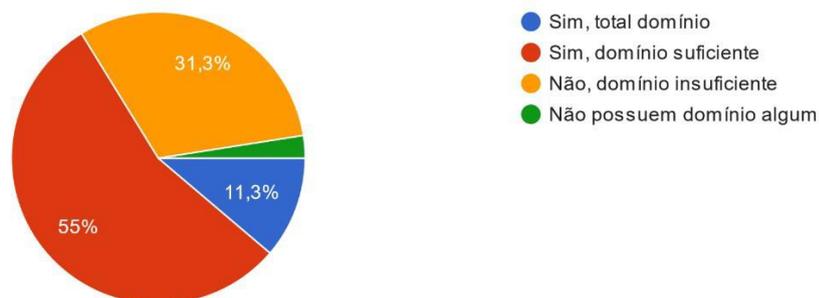


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 24 – Pergunta 24

Você acha que os professores do curso ECOECO possuem domínio da pedagogia interdisciplinar?

80 respostas

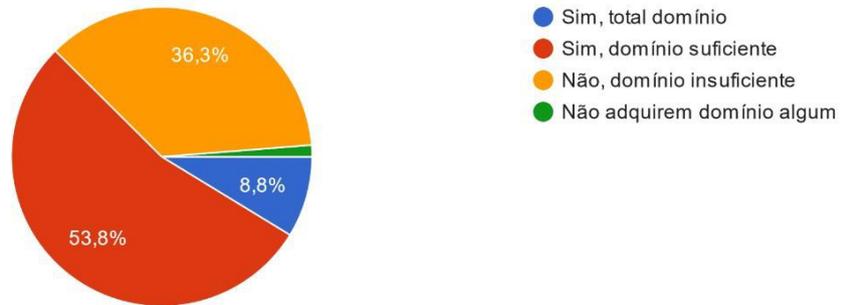


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 25 – Pergunta 25

Você acha que os alunos têm conseguido adquirir domínio das metodologias e da formação interdisciplinar ao longo do curso?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 26 – Pergunta 26

Você acha que as disciplinas do curso são bem distribuídas entre os assuntos?

80 respostas

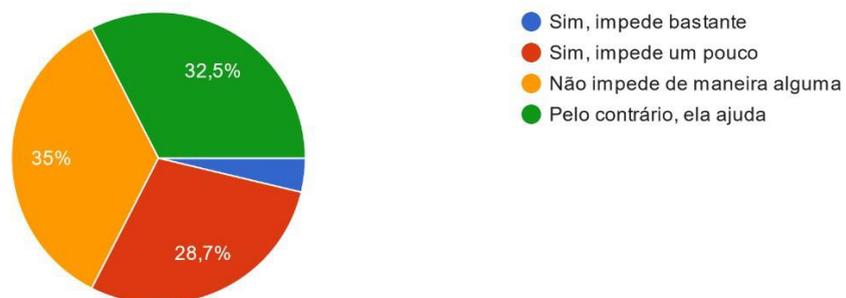


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 27 – Pergunta 27

Você acha que a interdisciplinaridade do curso ECOECO vem impedindo o aprofundamento do aprendizado dos alunos?

80 respostas

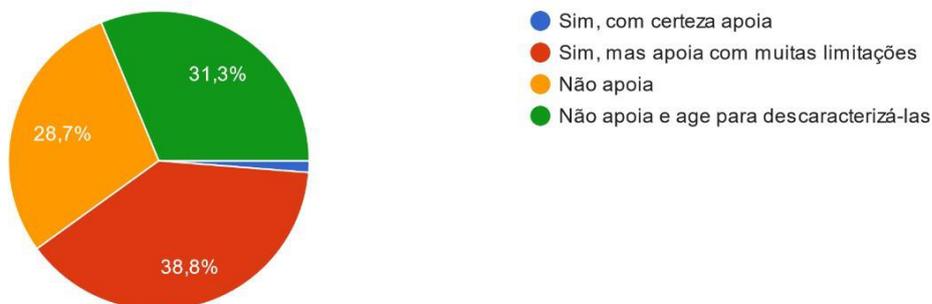


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 28 – Pergunta 28

Você acha que o Centro de Ciências Agrárias da UFC apoia a epistemologia e a pedagogia interdisciplinares do curso ECOECO?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 29 – Pergunta 29

Você acha que os docentes ECOECO têm seu trabalho dificultado por terceiros, por causa da epistemologia e da pedagogia interdisciplinares do curso ECOECO?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 30 – Pergunta 30

Você acha que o curso ECOECO é visto e/ou tratado com preconceito dentro do Centro de Ciências Agrárias da UFC?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 31 – Pergunta 31

Você acha que o curso ECOECO é visto e/ou tratado com preconceito dentro da UFC?

80 respostas

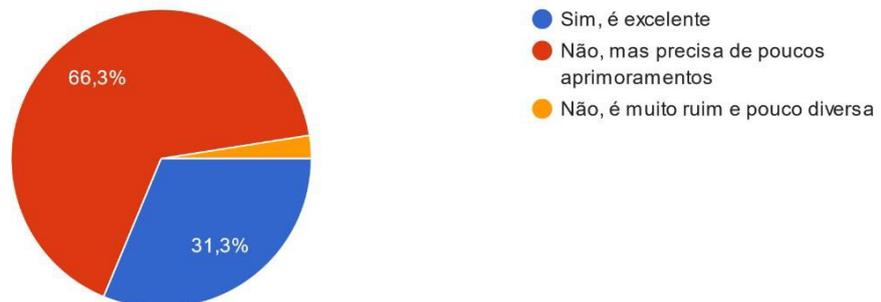


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 32 – Pergunta 32

Você acha que a estrutura curricular atual do curso ECOECO é teoricamente boa e diversa?

80 respostas

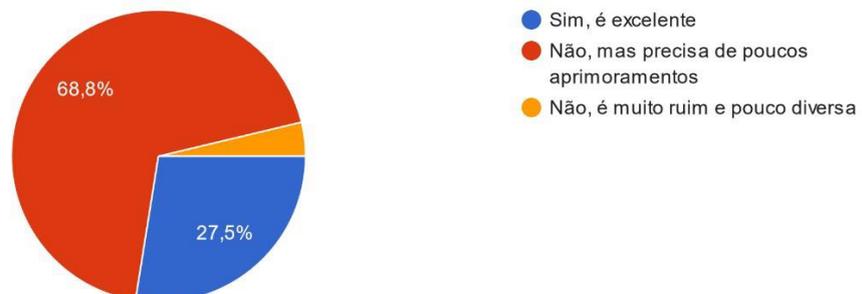


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 33 – Pergunta 33

Você acha que a estrutura curricular atual do curso ECOECO é adequada para formar um bom profissional?

80 respostas

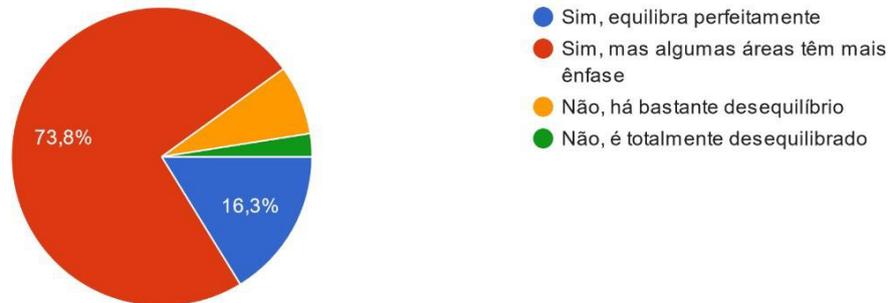


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 34 – Pergunta 34

Você acha que a estrutura curricular do curso ECOECO equilibra bem, na prática, as áreas ambiental, social e econômica?

80 respostas

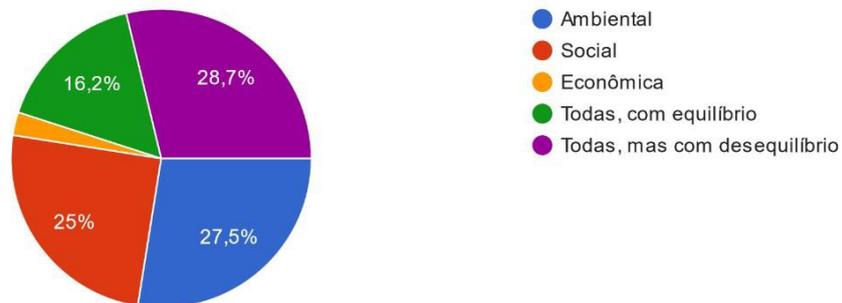


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 35 – Pergunta 35

Você acha que, ao longo do curso ECOECO, aprendeu mais sobre a área:

80 respostas

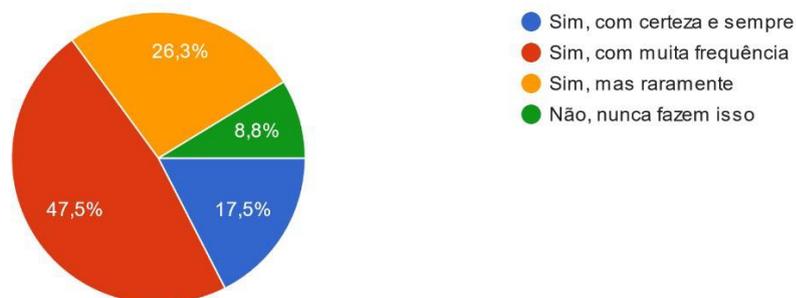


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 36 – Pergunta 36

Você acha que os docentes ECOECO privilegiam visões políticas específicas e pessoais nas disciplinas?

80 respostas

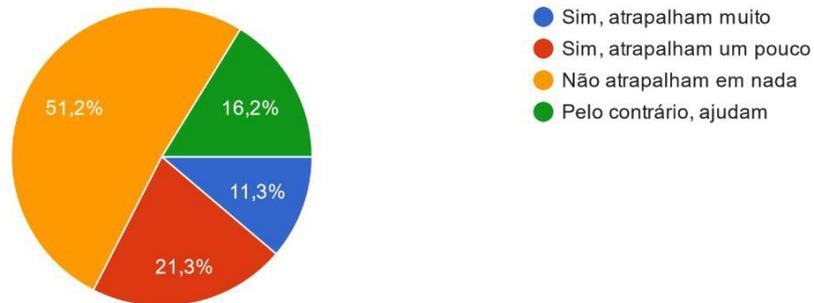


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 37 – Pergunta 37

Você acha que as visões políticas pessoais dos docentes ECOECO atrapalham a formação do profissional ECOECO?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 38 – Pergunta 38

Você acha que há disciplinas suficientes de economia, de sociologia e de antropologia no curso ECOECO?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 39 – Pergunta 39

Você acha que os conteúdos das disciplinas econômicas, sociológicas e antropológicas são restritos e precisam ser diversificados?

80 respostas

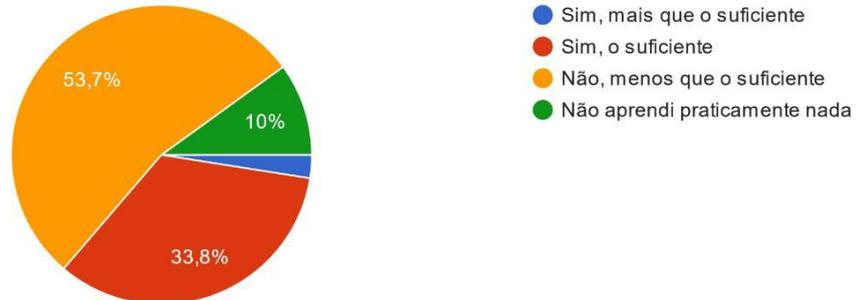


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 40 – Pergunta 40

Você considera que aprendeu/está aprendendo o suficiente sobre economia?

80 respostas

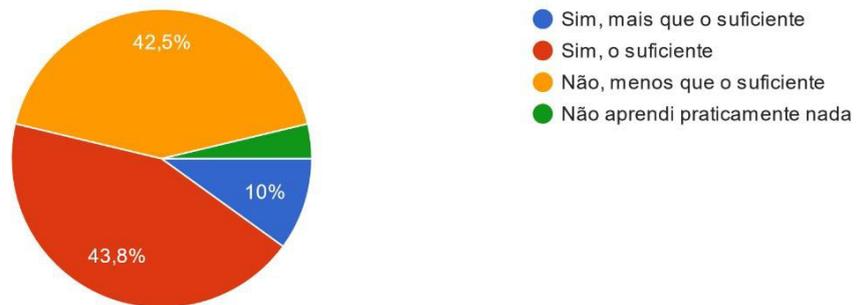


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 41 – Pergunta 41

Você considera que aprendeu/está aprendendo o suficiente sobre sociologia?

80 respostas

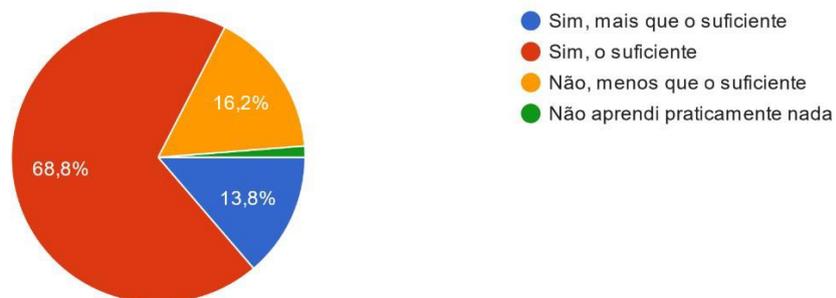


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 42 – Pergunta 42

Você considera que aprendeu/está aprendendo o suficiente sobre meio ambiente?

80 respostas

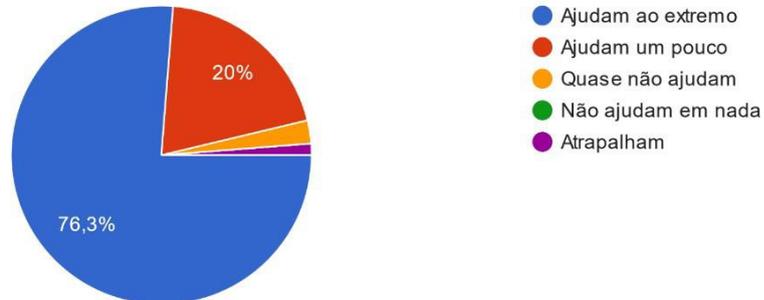


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 43 – Pergunta 43

Você considera que os Trabalhos de Campo Integrados (TCI's) ajudam no seu aprendizado?

80 respostas

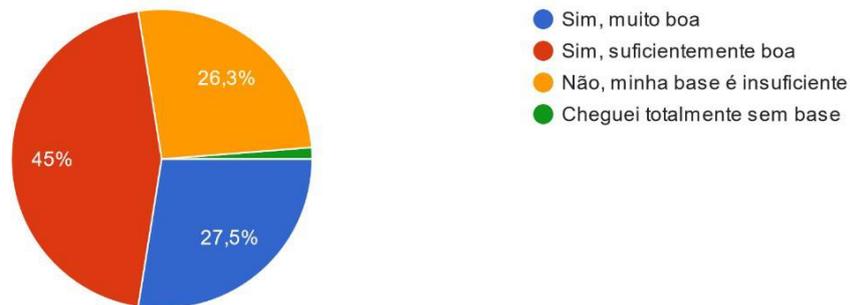


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 44 – Pergunta 44

Você acredita que chegou à faculdade com uma boa base em ciências humanas (geografia, história, sociologia)?

80 respostas

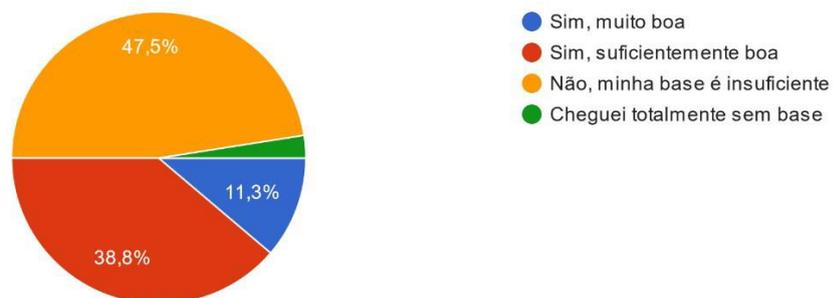


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 45 – Pergunta 45

Você acredita que chegou à faculdade com uma boa base em ciências da natureza (física, biologia, química)?

80 respostas

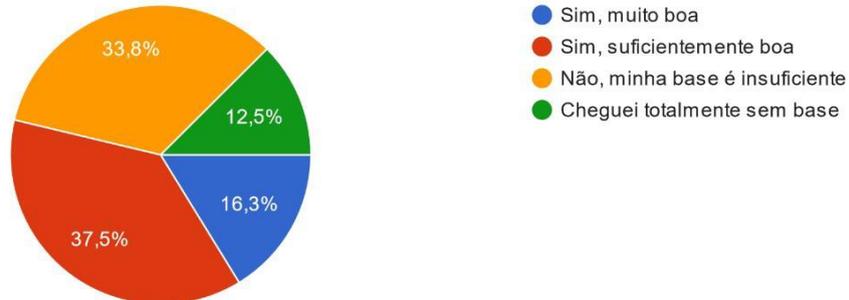


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 46 – Pergunta 46

Você acredita que chegou a faculdade com uma boa base em matemática?

80 respostas

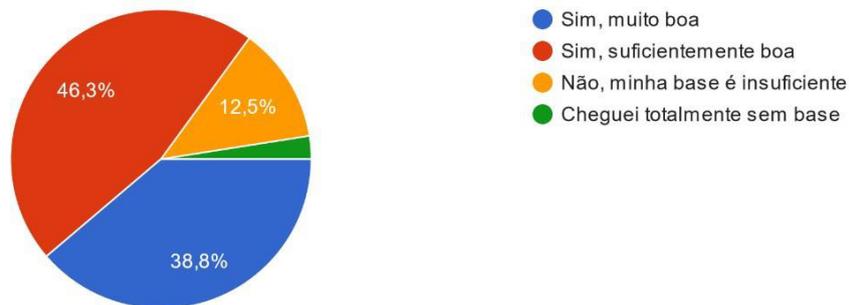


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 47 – Pergunta 47

Você acredita que chegou à faculdade com uma boa base em Língua Portuguesa e Redação, isto é, boa habilidade para ler, interpretar e escrever textos?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 48 – Pergunta 48

Você acha que seria bom o curso de ECOECO focar mais em conteúdos básicos nos primeiros períodos?

80 respostas



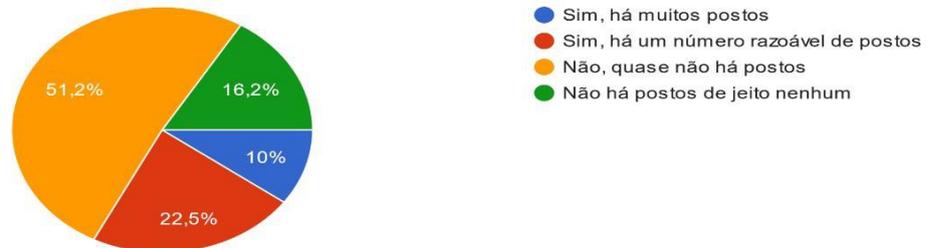
Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

SEÇÃO D – A INSERÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAIS DO ECONOMISTA ECOLÓGICA

Imagem 49 – Pergunta 49

Você acredita que existem postos de trabalho para o formado em ECOECO?

80 respostas

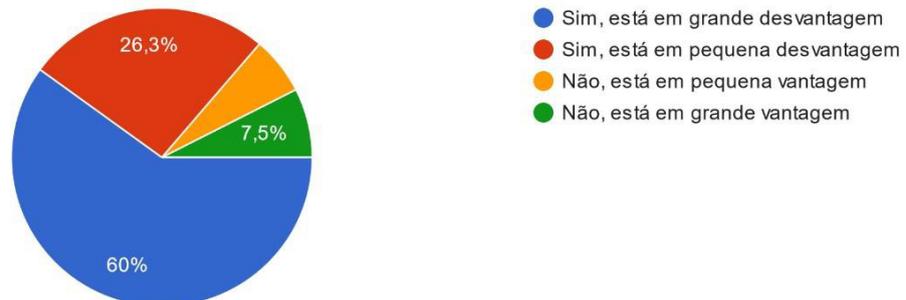


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 50 – Pergunta 50

Você acha que o profissional ECOECO está em desvantagem em relação aos profissionais das outras áreas ambientais, sociais e econômicas?

80 respostas

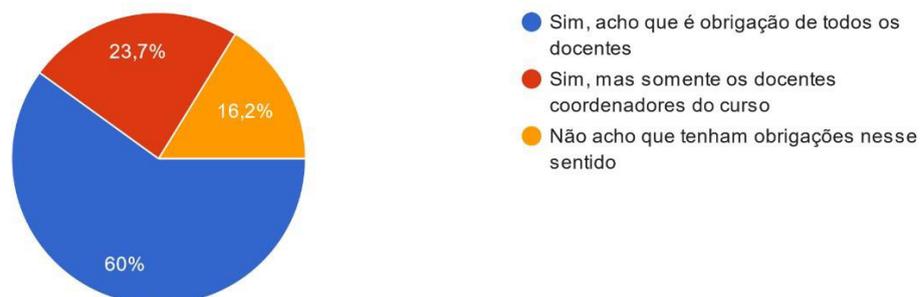


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 51 – Pergunta 51

Você acredita que os docentes têm obrigação MORAL de agir para criar oportunidades de estudo e de trabalho para os formados no curso ECOECO?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 52 – Pergunta 52

Você acredita que os docentes têm obrigação FUNCIONAL de agir para criar oportunidades de estudo e de trabalho para os formados no curso ECOECO?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 53 – Pergunta 53

Você acredita que docentes e discentes ECOECO têm atuado corretamente para criar oportunidades de trabalho para os formados?

80 respostas

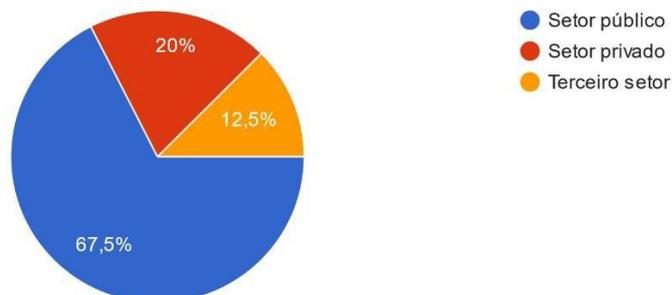


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 54 – Pergunta 54

Você prefere/preferiria trabalhar no setor público, no setor privado ou no terceiro setor?

80 respostas

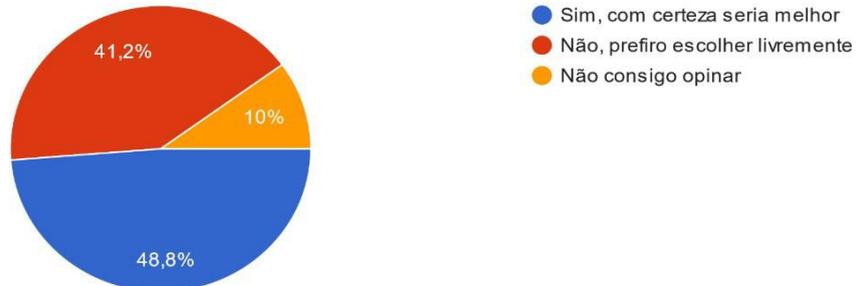


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 55 – Pergunta 55

Você acha que a carga horária optativa deveria ser utilizada para capacitação profissional direcionada ao invés de ser livre?

80 respostas

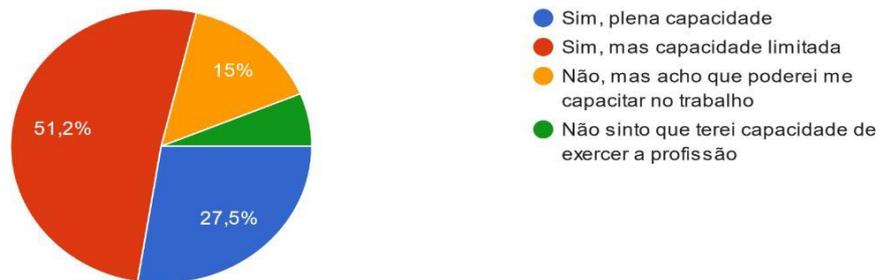


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 56 – Pergunta 56

Você acredita que sairá do curso ECOECO com capacidade para trabalhar na área?

80 respostas



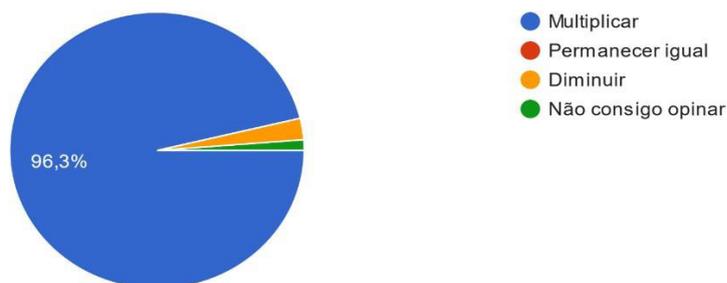
Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

SEÇÃO E – A INSERÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAIS DO ECONOMISTA ECOLÓGICA

Imagem 57 – Pergunta 57

Você acha que as questões e problemas socioambientais tendem a se potencializar, a permanecer como estão ou a diminuir nas próximas décadas?

80 respostas

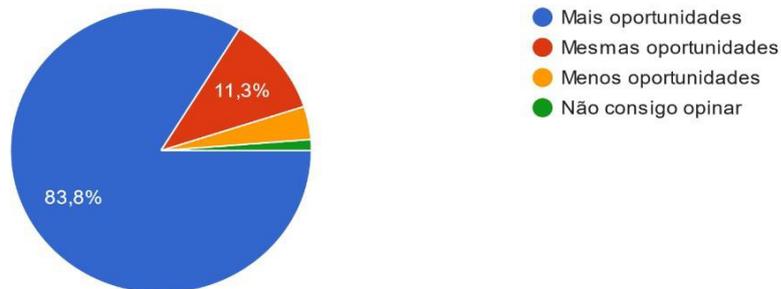


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 58 – Pergunta 58

Você acha que profissionais da área de meio ambiente tendem a ter mais oportunidades, as mesmas oportunidades ou menos oportunidades de atuação e de trabalho nas próximas décadas?

80 respostas

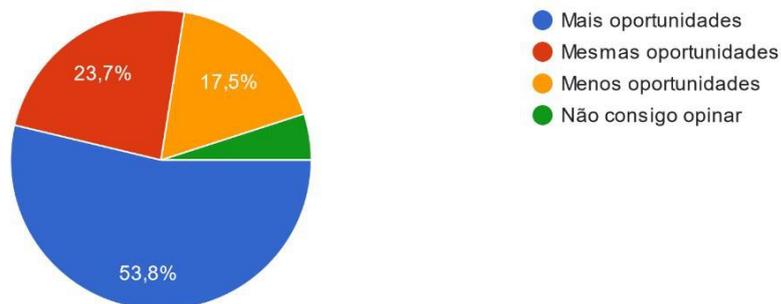


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 59 – Pergunta 59

Você acha que o profissional ECOECO, mantido o perfil atual (descrito no Projeto Pedagógico do Curso), tende a obter mais oportunidades, as mesmas de atuação e de trabalho nas próximas décadas?

80 respostas

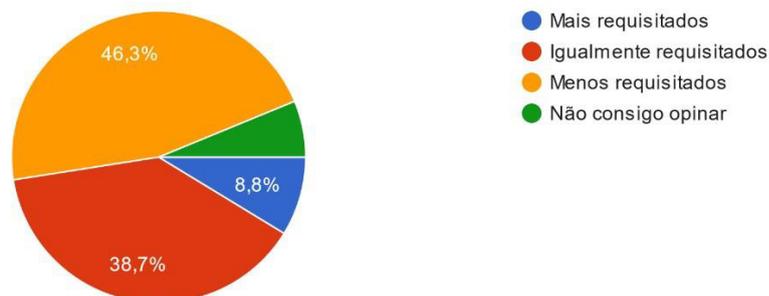


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 60 – Pergunta 60

Você acha que, nas próximas décadas, os Economistas convencionais serão mais requisitados, igualmente requisitados ou menos requisitados como profissionais?

80 respostas

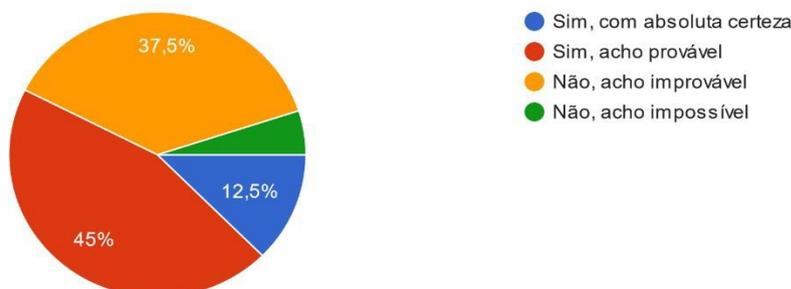


Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 61 – Pergunta 61

Você acha que o profissional ECOECO tende a substituir o Economista convencional nas próximas décadas?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

Imagem 62 – Pergunta 62

Você diria que o profissional ECOECO florescerá como um tipo mais avançado de Economista, superando o antigo, ou acha que será um profissional muito diferente?

80 respostas



Fonte: Elaborado Pelo Autor (via Google Formulários) (2022)

EXTRA – PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO (NÃO FORAM UTILIZADAS NA COMPOSIÇÃO DESTA MONOGRAFIA)

1. “Escreva, com suas palavras, sobre a importância (ou não) de contar a história e os desafios do curso/profissional ECOECO. [até 1000 caracteres].”
2. “Resuma, com suas palavras, como tem sido ou como foi a sua experiência (pessoal, emocional, intelectual, formação e vivência profissional etc.) no curso ECOECO.”
3. “Qual você acha que é o mercado de trabalho para o(a) Economista Ecológico(a)? Escreva um pouco a respeito. [até 1000 caracteres]”
4. “Quem você acha que são os responsáveis por buscar criar oportunidades de trabalho para os formados em ECOECO? Escreva um pouco a respeito. [até 1000 caracteres]”

5. “Que mudanças nas ações e posturas de docentes, discentes e egressos você crê que ajudariam a aumentar as oportunidades de trabalho para o profissional ECOECO?”.
6. “Com suas palavras, diga quais são as diferenças entre o Economista Ecológico e o Economista Convencional. [até 1000 caracteres]”
7. “Com suas palavras, diga como acredita que será a realidade socioambiental mundial dentro de 20-30 anos. Qual papel você acha que o profissional ECOECO poderá/deverá cumprir nessa futura realidade socioambiental? [até 1000 caracteres].”